

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA, CULTURA E EDUCAÇÃO**

Franco Reinaudo

**POR QUE FOMOS CANCELADAS?
UMA REFLEXÃO SOBRE OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO DAS PESSOAS
LGBT+ NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS**

São Paulo

2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA, CULTURA E EDUCAÇÃO**

Franco Reinaudo

**POR QUE FOMOS CANCELADAS?
UMA REFLEXÃO SOBRE OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO DAS PESSOAS
LGBT+ NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA em Museologia, Cultura e Educação sob a orientação do Profa. Dra. Viviane Panelli Sarraf.

SÃO PAULO

2022

BANCA EXAMINADORA

Viviane Panelli Sarraf

Bruno Brulon Soares

Carlos Lima Junior

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas LGBTQ+, que construíram o caminho do arco-íris sofrendo todo tipo de violências físicas e psicológicas. Muitas delas perderam suas vidas para que eu pudesse estar aqui, vivo, gay assumido e produzindo esta monografia #commuitoorgulho.

AGRADECIMENTOS

À Viviane Sarraf, minha fada madrinha e orientadora.

Ao Cássio Rodrigo, amigo, companheiro de ativismo e que foi fundamental neste processo.

A minha irmã, Fiorella Reinaudo, e minha sobrinha, Gabriela Curti, que são muito mais que minha família.

Às minhas e aos meus colegas de curso, em especial a turma que me acompanhou nos trabalhos de grupo: Leo, Vitória, Laura e Adnam.

À Valéria Melki, que com esmero revisou o texto. Como amiga e ativista contribuiu para enriquecer o trabalho.

A todas as pessoas que passaram pelo Museu da Diversidade Sexual: profissionais, artistas, técnicos e visitantes que ajudaram a tornar o MDS um espaço único.

À Associação da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo.

E a todas as pessoas com orientações sexuais, expressões e identidades de gênero dissidentes deste e de outros universos, se existirem.

Obrigada!

EPÍGRAFE

FLUTUA – Johnny Hooker

O que vão dizer de nós?
Seus pais, Deus e coisas tais
Quando ouvirem rumores do nosso amor?
Baby, eu já cansei de me esconder
Entre olhares, sussurros com você
Somos dois homens e nada mais
Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Dance comigo a nossa canção
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar
Entre conversas soltas pelo chão
Teu corpo teso, duro, são
E teu cheiro que ainda ficou na minha mão
Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E, baby, amar, amar sem temer
Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Baby, escute, é a nossa canção
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar

RESUMO

Reinaudo, Franco. Por que fomos canceladas? Uma reflexão sobre os processos de exclusão das pessoas LGBTQ+ nos espaços museológicos. 2022. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Pós-Graduação em Museologia, Cultura e Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Pessoas LGBTQ+ são historicamente invisibilizadas e excluídas. Suas vivências são rotineiramente apagadas nos espaços que tradicionalmente são utilizados para chancelar a história e preservar memórias, como arquivos, bibliotecas e museus. A partir da construção e existência do Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, este trabalho busca refletir sobre os processos que são responsáveis por este cenário de supressão da memória LGBTQ+ nos espaços e processos museológicos. Este trabalho procurou – a partir da convivência, pesquisa e escuta de pessoas LGBTQ+ – tentar compreender o processo de construção de mecanismos que impedem a independência e o controle, por parte das pessoas mais interessadas, sobre as decisões em espaços culturais que envolvem a memórias das pessoas LGBTQ+, principalmente os museus. A busca parte da experiência pessoal como gestor do Museu da Diversidade Sexual e transborda para a pesquisa histórica e para a escuta de ativistas, bem como a pesquisa junto a associações ligadas à cultura e à militância LGBTQ+. O resultado demonstra que, apesar dos avanços conquistados ao longo do tempo, ainda existe um longo percurso para alcançar a emancipação e a independência das pessoas LGBTQ+ e garantir sua visibilidade nos museus e, portanto, na história.

Palavras-chave: Museu da Diversidade Sexual. Processos museológicos. Memórias invisíveis. Pessoas LGBTQ+. Públicos excluídos. LGBTQfobia. Museologia LGBTQ+

ABSTRACT

Reinaudo, Franco. Why were we cancelled? A reflection on the processes of exclusion of LGBT+ people in museum spaces. 2022. 92 f. Completion of course work (Specialization) - Postgraduate in Museology, Culture and Education, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2022.

LGBT+ people are historically made invisible and excluded. Their experiences are routinely erased in spaces that are traditionally used to seal history and preserve memories, such as archives, libraries and museums. From the construction and existence of the Museum of Sexual Diversity of São Paulo, this work seeks to reflect on the processes that are responsible for this scenario of suppression of LGBT+ memory in museum spaces and processes. This work sought - from the coexistence, research and listening to LGBT+ people - to try to understand the process of building mechanisms that prevent independence and control, on the part of the most interested people, over decisions in cultural spaces that involve the memories of women. LGBT+ people, especially museums. The search starts from the personal experience as manager of the Museum of Sexual Diversity and goes beyond historical research and listening to activists, as well as research with associations linked to culture and LGBT+ militancy. The result demonstrates that, despite the advances made over time, there is still a long way to go to achieve the emancipation and independence of LGBT+ people and guarantee their visibility in museums and, therefore, in history.

Keywords: Museum of Sexual Diversity. Museum processes. Invisible memories. LGBT+ people. Excluded audiences. LGBTphobia. LGBT+ Museology

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO.....	12
1 A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS LGBT+ AO LONGO DA HISTÓRIA	16
1.1 Primeiras iniciativas de preservar a história de um tema considerado tabu.....	17
1.2 O expansionismo eurocêntrico e as consequências para a (in)visibilidade da comunidade LGBT+	19
1.3 A questão LGBT+ na Antiguidade.....	21
1.4 Idade Média e a Idade Moderna e as dissidências sexuais.....	26
1.5 A Idade Contemporânea	30
1.6 A repressão às dissidências sexuais no Brasil.....	35
1.7 A epidemia de aids e a reconstrução do preconceito contra pessoas LGBT+	36
2 AS PARADAS, O “BIG BANG” DOS DIREITOS LGBT+	40
2.1 Políticas públicas e as ações afirmativas para a população LGBT+.....	42
2.2 O direito à memória da comunidade LGBT+	51
2.3 E o papel dos museus?.....	55
3 O MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL	58
3.1 Das disputas políticas que envolveram o Museu da Diversidade Sexual	69
3.2 Convocação Pública para Gestão do Museu da Diversidade Sexual	75
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	86

APRESENTAÇÃO

Enquanto uma pesquisadora de 27 anos de idade, lésbica (segundo meus próprios termos e sabendo das implicações políticas e científicas de termos e conceitos) recordo sofrer com violências explícitas e implícitas ao longo de toda uma vida. Piadas, fofocas, olhares, bem ao sentido eliesiano de controle (Elias e Scottson, 2000) foram e continuam sendo rotina. As mais diretas, como xingamentos, espancamentos, assassinatos, que recaem sobre mim, meus amigos, conhecidos e desconhecidos, lembram também a sensação dolorosa de ser “diferente”. Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, temos em comum o fato de estarmos fora de uma matriz heterossexual (Butler, 2003), fato que, mesmo com nossas enormes diferenças de classe, cor, idade e geração, além de outros marcadores, parece fazer existir algum tipo de solidariedade comum nascida do estigma e da falta de poder político/social. Em meio a dores, relatos de pesar e medo, como é possível manter-se “imune” a empatia, e mesmo a certo instinto protetivo? Afinal, “é também comigo” e “é também problema meu”, politicamente falando, quando matam uma travesti a facadas. Talvez resida aí a noção de “comunidade LGBT”. Talvez aí também o peso do marcador sexualidade. (MELO, 2012, p.1)

Escrevo este trabalho de um lugar de fala específico de homem, cisgênero e gay. Apesar de compreender meus privilégios, passei grande parte de minha vida atuando como ativista pelos direitos da população LGBT+¹. Participei de diferentes grupos e coletivos ligados ao tema. Colaborei com a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo no seu início, no final dos anos 90, e retornei em 2021 quando já era considerada uma das maiores do mundo. No serviço público, fui coordenador da CADS – Coordenadoria de Assuntos para a Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo, órgão responsável pelas políticas públicas LGBT+ da cidade. Mais recentemente, desenvolvi, no Governo do Estado de São Paulo, o Programa Mais Orgulho de apoio às Paradas LGBT+ do interior e litoral da São Paulo. Participei da criação e dirigi o Museu da Diversidade Sexual, primeiro museu LGBT+ da América Latina, até novembro de 2021. Em junho de 2022, enquanto escrevo minha monografia, o MDS deveria estar celebrando seu aniversário de 10 anos de existência, mas está fechado, envolvido em uma disputa judicial. Este e outros acontecimentos que testemunhei ao longo da vida são processos explícitos ou

¹ No contexto deste trabalho, utilizaremos a sigla LGBT+ para designar todas as orientações sexuais e identidades e/ou expressões de gênero conhecidas, evitando assim usar siglas mais longas que podem tornar a leitura menos fluida. Desta forma, LGBT+ aqui inclui pessoas lésbicas, gays, travestis, transexuais, queer, não binárias, demissexuais, intersexuais, assexuais, pansexuais e quaisquer outras denominações relativas à diversidade de orientações sexuais e identidades e/ou expressões de gênero que, porventura, não estejam citadas aqui. Apenas em citações diretas manteremos a sigla utilizada pelo/a autor/a.

velados de discriminação contra nossa comunidade que vão nos retirando de espaços que deveríamos ocupar, como os Museus. Praticados em diversas esferas, resultam na exclusão de nossos corpos e existências no espaço público. No âmbito da Museologia, eles também são uma realidade, como prova o caso do Museu da Diversidade Sexual, tema de meu relato. Esta pesquisa não busca apontar culpados ou vítimas, mas sim, na companhia de trabalhadoras e trabalhadores de Museus, pretende provocar uma reflexão e promover, se possível, uma mudança de atitude, não só em relação à população LGBTQ+, mas a tantas outras comunidades que são excluídas destes espaços de conhecimento e reconhecimento.

INTRODUÇÃO

A atual centralidade dos debates que envolvem a reconstrução dos conceitos de memória e história fazem com que pesquisadores se debrucem também sobre outras questões fundamentais, como o direito à memória, ao esquecimento, à memória coletiva e de seu papel na construção da “história oficial” que reverbera nos espaços educacionais, influenciando, de forma indelével, processos e relações sociais.

Posta essa premissa, como é possível pensar na construção de uma história e na preservação da memória de uma população cercada por preconceito secular? Como a disputa por espaços e visibilidade se dá em uma sociedade dominada pela hegemonia de homens brancos, heterossexuais e cisgêneros? A luta da construção de uma história da população LGBTQ+ e sua relação com os espaços tradicionais onde memórias são selecionadas, guardadas e visibilizadas, principalmente Museus, é o tema deste trabalho.

A memória foi, por muito tempo, compreendida somente como a aptidão humana de preservar e rememorar vivências, acontecimentos e informações do passado, experiências individuais que acontecem nos processos de interação entre a pessoa e seu meio. Foi no início do século XX que as Ciências Humanas passam a perceber a memória também como um fenômeno social e coletivo. O sociólogo francês, Maurice Halbwachs (2013), já nas décadas de 1920-1930, descreve uma memória como um fenômeno produzido de forma coletiva, sujeito a flutuações e transformações constantes. Uma vez que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas como interagem entre si e com o espaço social, sendo, neste processo, influenciados por perspectivas socioculturais, tais elementos passam a ser fundamentais na construção das memórias e, conseqüentemente, da história destes indivíduos e de suas comunidades.

Desta maneira, a memória não deve ser entendida como lembrança, uma vez que esta remete a uma experiência individual de um acontecimento. Desta forma, ela não se constitui necessariamente como um processo individual. Muitas vezes, possui uma conexão com uma construção coletiva do passado, sendo que nem

todas as pessoas que compartilham daquela memória a vivenciaram. Dessa forma, trata-se de uma construção que pode ser transmitida, ao longo do tempo, entre as pessoas.

Maurice Halbwachs (2013) conceitua as duas dimensões da memória: a individual, ou seja, “O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (p.27), e a memória coletiva, que está relacionada a múltiplos testemunhos.

O mais importante para este trabalho, entretanto, é compreendermos a memória como parte da constituição da identidade coletiva e individual, que ajuda a construir um sentimento de pertencimento a um determinado grupo ou comunidade. Le Goff (1990) indica elementos relevantes para a compreensão da memória e inclui o fator identitário como fundamental para poder entendê-la como uma construção colaborativa e que se transforma em objeto de disputa e poder:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p.435, grifo nosso).

Seguindo a linha de pensamento de Le Goff (1990), a memória é ferramenta para a formação de identidades sociais, que se constituem também pela escolha de quais memórias serão validadas, reconhecidas e preservadas. Estas disputas criam os pontos de choque e, conseqüentemente, a hierarquização e a dominação de um grupo sobre outro.

Em 1991, no Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, que tinha como tema o direito à memória, Marilena Chauí, então Secretária Municipal de Cultura, em sua fala de encerramento apontou sobre o uso da política cultural como ferramenta para a ocultação da diversidade de memórias em detrimento de uma memória oficial:

A memória, seja como história da sociedade, seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos liberar do passado como fantasma, como fardo, como assombração e como repetição. [...] Uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes de dominação, herdadas de um passado ignorado. Fadada à repetição e impedida de inovação, tal política cultural é cúmplice do status quo. (CHAUÍ, 1991, p.43).

Em consonância com esse pensamento, está a historiadora e professora Emília Viotti da Costa que, em sua célebre frase “Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado” (DA COSTA, 1997), afirma a importância da memória como esteio para as comunidades, assegurando sua continuidade, recorrendo a sua história para não cometer os mesmos erros.

Jacques Le Goff (1990) reforça a relação entre memória e história ao salientar: “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, **também a memória não é a história**, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1990, p. 49, grifo nosso). Nesse sentido, a memória pode ser utilizada para reconstruir os fatos históricos a partir das ressignificações individuais.

O apagamento de memórias é uma ferramenta-chave nos processos de dominação, subjugação e colonização. A construção de narrativas que favorecem determinados grupos também contribui para a hierarquização destes em relação a populações minoritárias ou em vulnerabilidade social, como é notório quando tratamos das questões étnico-raciais, gênero, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Como já afirmado anteriormente, o topo desta pirâmide é ocupado por homens brancos heterossexuais e cisgêneros e este processo cria um sistema sociopolítico onde a branquitude, somada a heterossexualidade masculina cisgênero, tem supremacia sobre todas as outras populações.

Pessoas com orientações sexuais, identidades e expressões de gênero discordantes da maioria da população foram sistematicamente, ao longo da história, apagadas, marginalizadas e excluídas do convívio social. De pecadoras a doentes, de doentes a criminosas, precisaram se esconder e silenciar sua voz para não sofrer

uma violência que, em última instância, resultaria na própria morte, destino de muitas e muitos.

As questões relacionadas à representação LGBTQ+ e suas memórias, ao longo da história, carregam uma série de dificuldades. Uma delas, e talvez a mais contundente, é o entendimento de conceitos como homossexualidade, bissexualidade e transexualidade, entre outros, cunhados somente no século XX e que não existiam nas sociedades antigas e povos ancestrais. Nesse sentido, é fundamental entender práticas e expressões sexuais em seu contexto histórico.

Outro ponto que impõe restrições a uma visão mais ampla sobre o tema é a inexistência de um marco identitário visível na maior parte da população LGBTQ+, diferentemente de outras populações, como as mulheres e pessoas negras, por exemplo.

1 A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS LGBTQ+ AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao longo da história, as sexualidades dissidentes foram recorrentemente discriminadas e grande parte desta dissidência se abrigou na obscuridade, vivendo sua sexualidade e seu afeto no anonimato, tendo como única possibilidade de sociabilidade vivências em guetos ou lugares clandestinos e com a constante ameaça de repressão e violência. Este cenário foi lembrado no emblemático julgamento por “indecência grave”, de Oscar Wilde, quando ele se refere ao motivo de sua acusação utilizando a metáfora: “o amor que não ousa dizer seu nome”².

Outra importante constatação é a de que, da mesma forma que foram construídas a memória e a história oficiais, com a maioria absoluta de representações masculinas e de origem europeia, o mesmo se reflete nas poucas referências que temos da representação LGBTQ+, ou seja, são os homens brancos com status dentro destas sociedades antigas, em sua grande maioria, que vão conseguir superar as barreiras impostas pelo preconceito e terem suas histórias preservadas. Como esses relatos sobreviveram até os dias de hoje, mesmo não fazendo parte do grupo dominante?

A comunidade LGBTQ+, excluída desses espaços, vai ao longo do tempo desenvolver diferentes estratégias para poder preservar sua memória e combater o apagamento de sua presença e importância na construção social, política e cultural de diferentes povos. Importante frisar que pessoas LGBTQ+ estão presentes em todas as épocas e sociedades, mas sua visibilidade, no entanto, vai depender de como os grupos dominantes vão lidar com as sexualidades dissidentes. Isso significa dizer que o grau de tolerância ou respeito vai se refletir em uma maior ou menor visibilidade de pessoas LGBTQ+ no cotidiano, nos espaços públicos ou privados nestes contextos históricos. Os primeiros lugares com a intencionalidade de preservar a história das sexualidades dissidentes de que se tem notícia, são formados por acervos pessoais, arquivos coletivos, bibliotecas temáticas, todos financiados pela própria comunidade.

² Frase do poema “Two Loves”, de Lorde Alfred Douglas, de 1892

1.1 Primeiras iniciativas de preservar a história de um tema considerado tabu

Uma das primeiras iniciativas que conhecemos está ligada ao Instituto para o Estudo da Sexualidade (1919–1933), do médico e sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, que possuía uma biblioteca e documentos referentes a orientações, práticas sexuais, identidades e expressões de gênero. Outra iniciativa, mais recente, é o ONE – National Gay and Lesbian Archives³ que hoje está alocado na Universidade do Sul da Califórnia. É considerada uma das mais antigas organizações existentes dos Estados Unidos e um dos maiores repositórios de acervos LGBTQ+ do mundo, com mais de 2 milhões de itens entre livros, jornais, revistas, vídeos, áudios, fotografias, obras de arte, roupas, documentos pessoais e de organizações ligadas aos movimentos LGBTQ+.

Na exposição digital “Why Queer Archives Are Important: A Study of LGBTQ Life”⁴, Hugh Ryan fala de maneira precisa sobre a importância da existência de acervos e arquivos sobre a comunidade e mantidos por ela:

Como escritor cujo assunto principal é a história LGBTQ, um dos maiores desafios que enfrento é encontrar registros de nossas comunidades, [feitas] por nossas comunidades. Com demasiada frequência, sou obrigado a juntar as peças da vida de pessoas queer de épocas anteriores, examinando os registros criados por fontes tendenciosas ou ignorantes – relatórios policiais de pessoas presas por estarem em um bar gay, digamos, ou registros médicos de doutores tentando “curar” pessoas transgênero. É isso que torna as coleções dos Arquivos do Centro Comunitário de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros de Nova York tão importantes. Eles salvam as histórias de muitos cujas vidas teriam sido esquecidas ou distorcidas. (Tradução livre nossa)

Quando falamos em museus LGBTQ+, o cenário é muito mais complexo e a museologia como espaço excludente se torna concreta. Entre a criação dos primeiros museus modernos no século XVII e a inauguração do primeiro museu com temática LGBTQ+ em 1985, passaram-se 300 anos. O primeiro e durante muito tempo único no mundo foi o Schwules Museum, localizado em Berlim, na Alemanha. A história do Schwules começa no ano de 1984, no tradicional Museu de Berlim, quando três supervisores estudantis do museu, Andreas Sternweiler, Wolfgang

³ National Gay and Lesbian Archives, em tradução livre, significa Arquivos Nacionais Gay e Lésbico

⁴ Exposição: “Why Queer Archives Are Important: A Study of LGBTQ Life – Google Arts & Culture” Tradução livre nossa: Porque os Arquivos Queer são Importantes: Um Estudo sobre a Existência LGBTQ – Google Arts & Culture”. Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/why-queer-archives-are-important-a-study-of-lgbtq-life/IgUxCMW95_E9-Q. Acesso em 21 set. 2022.

Theis e Manfred Baumgardt, propuseram ao diretor a montagem de uma exposição sobre a comunidade LGBTQ+. No verão de 1984, a lendária exposição Eldorado – a História, Vida Cotidiana e Cultura de Mulheres e Homens Homossexuais (1850-1950) abria as portas com curadoria dos três estudantes, do ativista Manfred Herzer e a colaboração de um grupo de ativistas lésbicas. Com mais de 40.000 visitantes, a exposição foi tanto um sucesso, quanto controversa.

Dessa experiência de montar uma exposição LGBTQ+ em um espaço museológico tradicional se originou a ideia de ter um Museu próprio, gerido pela própria comunidade LGBTQ+. Em 6 de dezembro de 1985, era criado o Museums Verein der Freunde eines Schwulen em Berlim⁵, que daria origem ao Schwules Museum. Levaria mais de 25 anos para que duas novas e atrevidas iniciativas tivessem êxito. Em janeiro de 2011, abria as portas o The GLBT Historical Society Museum⁶ e, em junho de 2012, era inaugurado, em São Paulo, o Museu da Diversidade Sexual, o primeiro da América Latina e de todo o hemisfério sul do planeta.

Estes espaços, apesar de recentes, são um marco na construção de lugares de memória, representatividade e educação para uma população que sempre foi invisibilizada e nunca conseguiu se enxergar nos museus tradicionais. Para além da comunidade LGBTQ+, eles também são responsáveis, através dos programas de comunicação e de seus projetos educativos, por promover a sensibilização da sociedade local. Todos esses museus recebem visitas de grupos escolares para visitas mediadas e têm na educação não formal a possibilidade de inserir questões relacionadas à diversidade sexual, tema que não é, na grande maioria das vezes, tratado nos currículos das escolas.

O programa de ação educativa, nesses equipamentos, transforma-se em ferramenta fundamental para auxiliar na luta contra a discriminação e a violência sofrida pela população LGBTQ+, agindo por meio da difusão de informações desprovidas de preconceito e desmistificando estigmas frequentemente ligados à comunidade. Em particular, o Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, equipamento da Secretaria de Cultura do Governo do Estado, utilizou a chancela de espaço cultural público para estabelecer uma relação de confiança e credibilidade com o sistema de ensino público do Estado, transformando-se em um lugar “considerado seguro” para a

⁵ Em tradução do alemão com o auxílio do Google Tradutor: Amigos do Museu Gay em Berlim

⁶ Em tradução livre nossa: O Museu Histórico da Sociedade GLBT

discussão de conteúdos como LGBTfobia⁷, orientação sexual, identidades e expressões de gênero, entre outros temas importantes, mas que, em razão do preconceito, não estão presentes nos debates e currículos escolares.

Outra função importante desenvolvida por esses espaços é a compreensão de sua função social em uma sociedade LGTBfóbica. Como outros equipamentos voltados para a promoção dos direitos humanos, os Museus LGBT+ funcionam como lugar de escuta, referência e amparo para uma população que circula à margem da sociedade. São estruturas que possuem a capacidade de inserir estas comunidades no tecido social hegemônico por meio de seu reconhecimento como equipamentos culturais chancelados para a guarda de memórias e produção de conhecimento.

Para a Museologia, estes lugares introduzem novos debates e desafios e, como outros museus de sociedade ou dedicados a comunidades específicas, são promotores de conhecimentos diversos para a inserção dos ditos “não-públicos”. Também provocam o desenvolvimento de ações educativas e culturais para sanar o apagamento histórico dessas comunidades nos processos museais dos espaços ditos tradicionais.

1.2 O expansionismo eurocêntrico e as consequências para a (in)visibilidade da comunidade LGBT+

Obviamente, pessoas com orientações sexuais, expressões e identidades de gêneros diversas estão presentes em todos os povos, civilizações e épocas da história, mas a Europa, com seu expansionismo, através de seus processos de colonização e seu projeto de dominação político ideológica, sempre tentou subjugar outras culturas na tentativa de tornar seu pensamento hegemônico e, por isso, ao buscar referências sobre a população LGBT+, encontram-se espelhadas as mesmas questões que se destacam na dimensão das demais memórias oficiais.

⁷ Nesta monografia, adotamos o termo LGBTfobia para definir o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBT+, mas são percebidas como tais. Esta definição foi adaptada do que consta no **Manual de comunicação LGBTI+** (JUNQUEIRA, 2007). Nesta mesma linha, usaremos LGTBfóbica/o para designar pessoa, grupo ou ação que expressa de alguma maneira a LGBTfobia. Em citações diretas, manteremos a expressão utilizada pelo/a autor/a, bem como em nome de efemérides e expressões afins que, anteriormente, utilizavam apenas homofobia para expressar o mesmo, respeitando assim o contexto da época.

Para pesquisadores, o estudo do tema se torna quase uma investigação policial, pois é necessária uma pesquisa minuciosa para se encontrar pistas sobre homossexualidade, bissexualidade ou transexualidade de artistas ou rastros e indícios delas nas obras de arte. Esse trabalho é muitas vezes questionado e incapaz de ser conclusivo à luz das exigências da ciência e da academia, contribuindo para uma estigmatização das pessoas LGBTQ+.

No artigo *Memória e esquecimento LGBTQ nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil* (2017), publicado na *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, os professores Jean Baptista e Tony Boita explicitam o preconceito que envolve as questões das sexualidades dissidentes no espaço da academia:

No que diz respeito à relação entre a questão LGBTQ, museus e patrimônio, surgem questionamentos, praticamente em todos os congressos que participamos no Brasil, sobre a possibilidade de tal articulação. “Não vejo onde o homossexualismo pode estar presente na cultura nacional”, nos disse um pesquisador certa vez, cometendo não apenas um equívoco conceitual ao tratar a homossexualidade como doença, mas também a exclusão da cultura LGBTQ em todo nosso país. “Meu museu não possui em sua missão os LGBTQ”, nos disse outro diretor de um museu público, sem se dar conta de que todas as missões foram construídas em contextos fóbicos à diversidade sexual. “A sexualidade de fulano é irrelevante para se entender sua obra”, costumam argumentar os profissionais de museus dedicados a personalidades que seguem presas em armários, ainda que em suas vidas tenham sido vítimas de fobias. Entre outros questionamentos, não raro os profissionais de museus insistem que seus museus nada têm a ver com o tema. (BAPTISTA; BOITA, 2017, p.110)

Em outro texto para a *Revista Diversidade e Educação*, *Dificuldades do Patrimônio LGBTQ: a Taça Warren no Museu Britânico* (2020), Jair Jose Gauna Quiroz e Daniel Maurício Viana de Souza explicitam as dificuldades de pesquisas sobre o tema e apontam o apagamento histórico de registros sobre as pessoas LGBTQ+.

Uma das dificuldades da comunidade LGBTQ e outras identidades oprimidas é a carência de documentos e lugares de relevância histórica. Segundo Pearce (2005), no passado, o que poderia se constituir como patrimônio material de um grupo de pessoas discriminadas não existe mais, porque não foi preservado do mesmo jeito que aqueles objetos relacionados com outras categorias pensadas como autênticas, prezadas e importantes. (QUIROZ; SOUZA, 2020, p.339)

1.3 A questão LGBTQ+ na Antiguidade

Quando olhamos para a linha do tempo da história, em épocas em que existe uma distensão na normatização de práticas sexuais, como no período greco-romano, a diversidade sexual aparece impressa de forma indelével nas diferentes linguagens da arte como a literatura, teatro, escultura e pintura, ou seja, a sua negação se torna impossível.

Não surpreende, portanto, que a cultura que influenciou todo o pensamento ocidental é o berço de referências emblemáticas para a comunidade LGBTQ+ atual, como é o caso da palavra “lésbica”, que tem origem no nome da ilha grega Lesbos, onde morou a poetisa Sapho. Cultuada como ícone da cultura lésbica em razão de seus poemas sobre o amor entre mulheres, considerada a décima musa por Platão, Sapho também deu origem ao termo sáfico, muito usado para lembrar o amor entre mulheres.

Desse período também se destacam obras que descrevem relações entre pessoas do mesmo sexo ou sexualidades dissidentes, como os escritos de Sócrates e Platão. Este último, no seu diálogo “O Banquete”, descreve o discurso de Aristófanes, considerado um dos maiores dramaturgos da antiguidade. Na sua fala, o escritor conta que antigamente, na Terra, existiam, além de homens e mulheres, seres andróginos⁸, com duas metades que podiam ser duas masculinas, duas femininas ou uma de cada sexo.

As relações homossexuais, principalmente entre homens, eram consideradas naturais nas sociedades antigas. Ao nos debruçarmos sobre os relatos da homossexualidade na Idade Antiga (4.000 a.C a 750 d.C), vemos em grande parte dos filósofos greco-romanos a dedicação em conceituar o amor, no caso o “Amor Platônico”

O termo "Amor platonicus" foi cunhado no século 15 pelo filósofo neoplatônico florentino Marsilio Ficino como um sinônimo de "amor socrático". Ambas as expressões remetem a um amor centrado na beleza do caráter e na inteligência de

⁸ *Androgynos* na mitologia grega significa masculino feminino

uma pessoa, em detrimento dos atributos físicos e sexuais. Referem-se ao laço especial de afeto entre dois homens a que Platão se referiu em seu diálogo, O Banquete, exemplificando-o com o afeto que havia entre Sócrates e os discípulos, em particular entre Sócrates e Alcibíades.

Este afeto foi reproduzido para além da literatura, como nas artes plásticas, em obras como "Sócrates ao encontro de Alcibíades na Casa de Aspasia", de 1861, de Jean-Léon Gérôme (1824-1904), ou "Alcibíades sendo ensinado por Sócrates", de 1777, de François-André Vincent, bem como em "Sócrates arranca Alcibíades do abraço do prazer sensual", de 1791, de Jean-Baptiste Regnault, ou "Sócrates e Alcibíades", de 1824, de Édouard-Henri Avril em "De Figuris Veneris", de Friedrich Karl Forberg, expostas em Museus como Fabre (Montpellier) e Louvre (Paris).

Mesmo com todos esses registros, a história oficial apaga relatos e personagens que deram voz e vida ao amor homoafetivo, como os já citados Sócrates e Alcibíades, ou "a poeta" Safo, de Lesbos. No século 6 a.C., Safo já trazia a seus poemas discussões sobre sexo, sexualidade e gênero. Uma das poucas vozes femininas cujo trabalho é reconhecido e conseguiu sobreviver, em pequenos fragmentos, à fúria da Igreja católica, que destruiu a maior parte de sua obra em um dos primeiros atos registrados de violência contra as minorias sexuais, seus escritos foram queimados em praças públicas de Roma e Constantinopla em 1073, ato ordenado pelo Papa da época, Gregório VIII.

Safo popularizou a ideia do sofrimento do amor romântico. Para a professora Margaret Reynolds, pesquisadora de sua obra, embora os escritos de Safo tenham se tornado sinônimo do desejo lésbico, há 2.600 anos atrás, nada do que ela escreveu seria motivo de escândalo, pois mesmo que fosse esperado que as mulheres se casassem com homens, os afetos e relações entre pessoas do mesmo sexo eram vistos com naturalidade. Safo foi reconhecida ainda em vida, sendo tratada por "a poeta" e nomeada por Platão como a décima musa.

Na Roma antiga, a bissexualidade parece ter sido uma prática cotidiana, apesar de relatos de pessoas que mantinham relacionamentos homoafetivos. Alguns expoentes que escreveram sobre a homossexualidade masculina em suas obras

foram Catulo, Horácio, Virgílio e Ovídio. Em *Satyricon*, Petrónio relata os costumes do Império Romano e práticas sexuais entre homens aparecem em diversos trechos do livro.

Assim como as relações homo e bissexuais, a transexualidade era incorporada na sociedade grega, tanto que sua mitologia existia um deus chamado Hermafrodita⁹, que era o patrono da união sexual. Filho de Hermes e Afrodite, possuía mamas e pênis. Sua representação, em estátuas e pinturas, remete ao que atualmente discutimos a respeito dos conceitos de identidades de gênero discordantes e intersexualidade, tanto em sua forma física como aparência: masculina e feminina ao mesmo tempo.

Contudo, ao olharmos com atenção, notamos que são as referências masculinas e brancas que se sobressaem. São elas as escolhidas para serem preservadas nos museus e espaços de memória. Um outro questionamento importante que se apresenta é sobre a discussão da representação LGBTQ+ nos lugares ungidos para guardar acervos e comunicá-los, como os museus: qual memória foi escolhida para ser preservada e visibilizada?

Novamente a hierarquização praticada por sociedades masculinas, brancas e heteronormativas implica a exclusão de uma série de vivências fundamentais de mulheres lésbicas, travestis e homens e mulheres transexuais, mesmo que não possamos minimizar a violência sofrida por homens homossexuais ao longo da história, principalmente aqueles com a expressão de gênero não alinhada com as expectativas da sociedade em que viveram.

É evidente que, quando ampliamos nosso olhar, deparamo-nos com pessoas LGBTQ+ inseridas de diversas maneiras em muitas outras culturas e em diferentes regiões do mundo. Na antiga Mesopotâmia, aparecem os primeiros escritos conhecidos em escrita cuneiforme, entre eles a *Epopéia de Gilgamesh*, considerada

⁹ Hermafrodita tem origem grega: *Hermaphroditos*. O termo é a junção dos nomes dos deuses e seus pais: Hermes e Afrodite. Na mitologia grega, o personagem Hermafrodita possuía os dois sexos e era filho de Hermes e Afrodite, que simboliza o estado primitivo da humanidade, antes de existirem os opostos. O termo durante muito tempo foi utilizado, na medicina, para denominar as pessoas hoje conhecidas como intersexuais. (VAINFAS, 2021)

umas das primeiras obras de literatura da humanidade. Escrita em tabletas de argila, relata os feitos do rei de Uruk, Gilgamesh, que, em determinado momento, vai-se relacionar com um homem selvagem chamado Enkidu, para alguns uma grande amizade, para outros uma relação homoafetiva. Esta disputa entre narrativas revela não só uma tentativa de controle, como também a manipulação histórica exercida pela heterossexualidade, entendida assim como a única sexualidade aceitável.

Jenny Plecash, diretora executiva da Creative Nonfiction Collective Society (CNFC), em seu artigo “A falácia da ‘construção de uma relação de amizade’ em duplas heroicas antigas¹⁰ (2022), se debruça na tentativa de desqualificar relações homoafetivas em textos e personagens históricos como: Gilgamesh e Enkidu, Davi e Jônatas e Aquiles Pátroclo.

A metáfora do herói masculino dedicado e amigo íntimo vai da Epopeia de Gilgamesh a Batman e Robin. Uma questão que surge é: qual é exatamente a natureza dessas relações? Eles são "apenas amigos" ou há algo mais? A antiga dupla de Aquiles e Pátroclo desperta debates desde o período clássico. A própria obra de Homero apresenta uma visão ambígua do relacionamento, instigando esses debates. Estudos anteriores tentaram afirmar que os dois homens eram apenas “companheiros”, simplesmente amigos íntimos sem nenhum apego romântico ou sexual. Este esforço para heterossexualizar personagens míticos encontra paralelo em outras obras. O par Davi e Jônatas bíblico também é retratado de forma ambígua. A Epopeia de Gilgamesh fornece uma óbvia conotação sexual para o relacionamento entre Gilgamesh e seu amigo Enkidu, mas continua despertando discussões no mundo acadêmico. Essas três histórias compartilham muitos paralelos que indicam que todas seguem um padrão antigo para heróis e companheiros. Cada uma dessas duplas representa um apego de uma relação homoerótica que é mais íntimo e diferente do que os heróis experimentam com mulheres. (PLECASH, 2022,p.1, tradução livre nossa)

Muito embora a primeira tradução moderna tenha sido realizada na década de 1860 pelo estudioso inglês George Smith, a história continua em disputa de versões, como muitos outros relatos de relações afetivas entre dois homens, como Aquiles e Pátroclo, na *Ilíada*:

Duplicôncova taça os dois empunham, Libam, vão-se, e o Laércio precedia. Servos e servas, de Pátroclo ao mando, Alastram cama de ovelhumes peles, Fina alva tela e tinta cobertura; Té que raie a manhã, deitou-se Fênix. Dorme Aquiles no fundo com Diomeda, Filha de Forbas de rosadas faces, Cativa

¹⁰ Em tradução livre nossa, do inglês *The Fallacy of the “Buddy Construction” on Ancient Heroic Duos*.

em Lesbos. Dorme além Pátroclo E Ífis airosa, que lha trouxe o amigo Do íngrime Ciro, de Enieu cidade. (HOMERO, 1874, p.202)

O vínculo afetivo entre Pátroclo e Aquiles pode ser tratado como um arquétipo masculino que vamos encontrar em outros relatos que compõem a cultura grega, como: Orestes e Pylades que, juntos, vão vingar o assassinato de Agamênon; Damão e Pítias, relação que vai ser apresentada ou ressignificada como símbolo de lealdade e de uma amizade sincera; ou ainda Harmódio e Aristógito, amantes, heróis e considerados símbolos da democracia em sua época por terem assassinado o tirano Hiparco, mas pouco lembrados nos dias de hoje. (CROMPTON, 2006; THUCYDIDES, 1972; DOVER, 1989)

Ainda na Mesopotâmia, no Código de Hamurabi, aparece a figura de "Salzikrum", descrita como mulher-homem, talvez um dos primeiros relatos de identidades trans masculinas.¹¹

No Egito e em outros povos africanos, vamos encontrar, nas mitologias e em contextos diversos, alusões a diferentes relações afetivas e construções de gêneros. Na Mastaba funerária de Khnumhotep e Niankhkhnum, encontramos dois homens que foram enterrados juntos e aparecem representados nos afrescos da tumba, abraçados, de mãos dadas e encostando seus narizes, o que, no Egito antigo, representava o beijo íntimo. Outra história emblemática é a de Hatshepsut, a mulher-faraó, que assumiu o poder no Egito e passou a se vestir como um homem na 18ª Dinastia do Reino Novo. Sua história só foi revelada no século 20, quando foram descobertos alguns hieróglifos que haviam sobrevivido a ataques promovidos contra a sua memória. (REEDER, 2000)

Assim, após tantos relatos, quando as orientações sexuais e identidades de gênero passaram da sala de estar para dentro do armário das residências? Devemos lembrar que foi com a ascensão do Cristianismo que homossexuais passaram a ser considerados párias na sociedade. Data de 390 d.C., durante o reinado de Teodósio,

¹¹ Referência: Iraq Journal, v. 6. Issue 1. (Cambridge University Press). Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/iraq/article/abs/salzikrum-womanman-in-oldbabylonian-texts/6CF5157F686A366882BF20499FDFCB18> . Acesso em: 25 set. 2022.

o Grande, o primeiro registro de um castigo corporal aplicado a homens que mantinham relações com outros homens (GREENBERG; BYSTRYN, 1982) e que, em 533 d.C. é promulgado o primeiro texto de lei proibindo sem reservas a homossexualidade, pelo imperador cristão Justiniano.¹² Ele tornou equivalentes todas as relações homossexuais ao adultério – para o qual se previa a pena de morte por apedrejamento. Vamos lembrar que, para aquela sociedade machista, o crime de adultério somente era cometido por mulheres, numa correlação direta entre machismo e LGBTfobia. (GREENBERG; BYSTRYN, 1982)

Cerca de dois séculos mais tarde, outras leis passaram a obrigar homossexuais a arrepende-se de seus pecados e fazer penitência. E essa culpa cristã acompanha a comunidade LGBT+ até os dias atuais. (GREENBERG; BYSTRYN, 1982)

1.4 Idade Média e a Idade Moderna e as dissidências sexuais

No seu início, ainda sob forte influência do paganismo, durante a Idade Média (750 d.C. a 1.453), as relações entre pessoas do mesmo sexo são tratadas de maneira díspar. As práticas e vivências sexuais, como a prostituição e a homossexualidade¹³, eram toleradas pela sociedade, pela Igreja católica e pelos governantes se ocorressem nas classes pobres, havendo a visão de que o sexo serviria como um anestésico para população, evitando levantes e manifestações contra o status quo. Com a real ascensão ao poder da Igreja católica na Europa, na Alta Idade Média, e do Islamismo no Oriente Médio, a sexualidade passa a ser utilizada como ferramenta de controle, modelo que muitas religiões utilizam até hoje. O prazer dá lugar a procriação como única função do sexo e seu exercício fica restrito à esfera matrimonial e, com isso, o regramento a partir da noção do pecado e castigo divino surge, impondo a abstinência e a proibição de uma série práticas, inclusive a relação entre pessoas do mesmo sexo. (CROMPTON, 2006; GREENBERG; BYSTRYN, 1982)

A exceção às restrições promulgadas pelas religiões, obviamente, não são válidas para a nobreza e classes mais abastadas e com poder. Para esse seleto grupo,

¹² Fordham University. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/pwh/just-novels.asp> . Acesso em: 23 set. 2022.

¹³ Importante assinalar que o termo homossexualidade não era utilizado à época, tendo sido cunhado séculos depois, como explica Foucault em A história da sexualidade. Não existia uma identidade homossexual que era definidora da identidade uma pessoa, mas apenas práticas homossexuais.

tanto a homossexualidade como outras práticas sexuais, não só eram toleradas, mas vividas de forma pública, sem censura ou discrição.

São inúmeras as referências históricas de relações entre pessoas do mesmo sexo durante esse período, como o inglês Ricardo Coração de Leão (1157-1199), que, quando ainda era duque de Aquitânia, teve sua relação amorosa mais famosa com outro nobre, Filipe II, rei da França. Uma crônica da época afirmava: “Comiam os dois todos os dias à mesma mesa e do mesmo prato, e à noite as suas camas não os separavam. E o rei da França amava-o como à própria alma”. (HOVEDEN, 1968)

Em relação as identidades e expressões de gênero, existem referências de personagens na Idade Média e Renascença. O Rei Henrique III, da França, era tratado por “Sa Majeste” – que significa Sua Majestade, mas no feminino – e exigia que toda corte “a” reverenciasse como mulher. Em uma de suas aparições públicas, inclusive, apresentou-se usando um longo colar de pérolas e um vestido curto, causando um alvoroço em toda corte. (HOVEDEN, 1968)

Apesar de toda exposição, essas personagens históricas têm sido vítimas do apagamento de suas identidades sexuais pela crônica oficial e pelos espaços de memória tradicionais. Como tantas outras pessoas LGBTQ+, esta parte de suas histórias são excluídas, apagadas ou simplesmente ignoradas, construindo uma narrativa de inexistência de diversidade sexuais ao longo da história, o que não condiz com a realidade quando nos dispomos a olhar debaixo do tapete, dentro dos armários e nas frestas de espaços onde alguns fatos e documentos resistiram ao aparelhamento da heterocisnormatividade.

Com a chegada da inquisição, imposta pelo Papa Gregório IX, em 1233, através da Bula *Licet ad Capiendos*, o cenário se agrava e a sodomia se torna uma das piores heresias entre as listadas no documento e, assim, o tribunal do Santo Ofício passa a perseguir de forma persistente todas as sexualidades dissidentes das normas impostas pela Igreja, ou seja, somente o sexo heterossexual e restrito à procriação eram aceitos. Para o Santo Ofício, a sodomia poderia ser praticada entre dois homens, duas mulheres ou entre um homem e uma mulher e possuía dois

parâmetros: um para a relação heterossexual e outro para as relações homossexuais. (MOTT,1989, 2021; VAINFAS, 2010)

A Inquisição considerava como um ato imperfeito a prática do sexo anal entre homens e mulheres e perfeito, porém mais pecaminoso, o praticado entre dois homens, enquanto a denominada sodomia feminina era a relação entre duas mulheres. Neste sentido é criterioso não afirmar que a sodomia era somente entendida como a relação homossexual, esta ligação tem sido recorrente e demonstra mais uma vez a intencionalidade de acentuar a *performance* sexual de um determinado grupo, nesse caso praticante de um pecado nefando e condutas eróticas desviantes. É nesse cenário que vão se estabelecer os ideais de masculinidade na Europa e suas colônias, principalmente na América Espanhola e Portuguesa, entre os séculos 16 e 17. (MOTT,1989, 2021; VAINFAS, 2010)

Os arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, guardam mais de 50 mil páginas manuscritas sobre 4.419 denúncias contra sodomitas homossexuais no Brasil. Processos da inquisição que levaram, neste período, 30 condenados à fogueira. Aqui podem ser encontrados textos detalhando essas práticas, recheados de discriminação. As confissões, em geral, eram conseguidas sob tortura. Os acusados, menores de 15 anos, tinham como pena a reclusão por três meses, acima dessa idade os condenados eram encarcerados e vultuosas multas deveriam ser pagas. Os maiores de 33 anos, caso comprovado o ato de sodomia, eram julgados à revelia, tinham seus bens confiscados e levados a fogueira. (MOTT,1989, 2021; VAINFAS, 2010)

Para além das crenças religiosas, sempre que alguma catástrofe ou epidemia acometeu a humanidade, grupos raciais, religiosos e minorias sexuais foram relacionados a sua causa e culpabilizados. Foi o caso da peste bubônica que assolou a Europa entre 1347 e 1351 e matou 25 milhões de pessoas. Como ninguém sabia a causa da doença, a especulação ultrapassava os limites da saúde pública e alcançava os costumes. O “pecado” no qual viviam os homens passou a ser apontado como a causa da peste e de diversas outras catástrofes, como fomes e guerras. Judeus, hereges e sodomitas tornaram-se a causa dos males da

sociedade. Não havia outra solução a não ser a erradicação desses grupos. (MOTT,1989, 2021; VAINFAS, 2010)

Um rápido parêntesis: mais recentemente durante a epidemia da aids (a partir de meados dos anos de 1980) e repetindo a história, não por acaso a homossexualidade (à época, constava no CID¹⁴ como doença e se denominava *homossexualismo*) foi alcunhada pejorativamente como “peste gay”, mesmo que o índice de casos apontasse um equilíbrio entre pessoas heterossexuais e homossexuais. E, novamente em 2022, no momento em que esta monografia está sendo escrita, a sociedade se volta contra gays, homens que fazem sexo com outros homens (HSH), travestis e mulheres transexuais, apontando-lhes o dedo indicador com o estigma da culpa pela *Monkeypox* ou Variola do Macaco – surto em andamento da doença varíola dos macacos confirmado em maio, com a declaração, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 23 de julho de 2022, da situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional.¹⁵

Voltando ao período medieval, a perseguição era tanta que, em Florença, relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo foram proibidas e, em 1432, foi criada uma força policial específica para inibir e punir a homossexualidade, que era disseminada na sociedade da época, com a criação dos *Ufficiali di Notte* (“agentes da noite”). O resultado? Setenta anos de perseguição aos homens que mantinham relações com outros homens. Entre 1432 e 1502, mais de 17 mil foram incriminados e 3 mil condenados por sodomia, numa população de 40 mil habitantes.¹⁶

Na Idade Moderna, com o advento do humanismo renascentista, os valores clássicos e o gosto dos antigos pela forma masculina voltaram à tona. Pintores, escritores, dramaturgos e poetas celebravam o amor entre homens. Nas

¹⁴CID é a abreviação para Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, um polêmico guia para a comunidade médica que classifica cada doença reconhecida, padroniza sua nomenclatura e cria um código alfanumérico para cada uma delas.

¹⁵ Fonte: UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/07/23/oms-decide-neste-sabado-se-ativara-o-nivel-maximo-de-alerta-para-variola-do-macaco.htm> . Acesso: 18 set. 2022.

¹⁶ Fonte: Archivio di Stato di Firenze. Disponível em: <https://www.archiviodistato.firenze.it/asfi/strumenti/inventari-on-line/inventari-u/ufficiali-di-notte-e-conservatori-dellonesti-dei-monasteri> . Acesso: 12 set. 2022.

monarquias europeias, tivemos exemplos como o já citado Henrique III da França (1551-1589), Cristina da Suécia (1626-1689), Frederico II da Prússia (1712-1786) e Jaime I da Inglaterra (1566-1625), que tiveram relações com pessoas do mesmo sexo. Segundo William Naphy (2006), no livro **Born to Be Gay**, havia um “reconhecimento generalizado da bissexualidade” da rainha da França Maria Antonieta (1755-1793). Já o escritor inglês Heste Thrale-Piozzi escreveu, em 1789, que a monarca se encontrava “à cabeça de um grupo de monstros que se conhecem uns aos outros por safistas” – ou seja, lésbicas, numa referência direta à Safo.

1.5 A Idade Contemporânea

A Idade Contemporânea (a partir de 1789) trouxe duras leis, estabelecidas em vários países europeus. Na Inglaterra, o século 19 começou com o enforcamento de vários cidadãos acusados de sodomia. Entre 1800 e 1834, 80 homens foram mortos. Apenas em 1861 o país aboliu a pena de morte para os atos de sodomia, substituindo-a por uma pena de dez anos de trabalhos forçados. (DRYDEN, s/d)

Oscar Wilde foi um importante escritor, poeta e dramaturgo da língua inglesa. Nasceu em Dublin, Irlanda, mas viveu e fez carreira em Londres. Seu romance mais conhecido é **O retrato de Dorian Gray**, obra que causou assombro quando foi lançada em 1890, criticada pela sua indecência. Wilde também se tornou um dos exemplos de prisão e condenação a trabalhos forçados em razão de sua orientação sexual. Em 1891, o escritor conheceu o jovem lorde Alfred Douglas (1870-1945), conhecido pelo apelido de Bosie, com quem iniciou um relacionamento amoroso. Tempos depois, passaram um verão juntos na vila de Goring-on-Thames.

O pai de Alfred, o Marquês de Queensberry (1844-1900), inconformado com a relação, acusou Wilde de sodomita, que revidou processando o marquês por difamação. No entanto, ele perdeu o caso quando evidências sustentaram fortemente as acusações de que era praticante de "indecência vulgar". (HOLLAND, 2004)

No tribunal, a sua vida sexual foi exposta e o escritor foi preso e julgado por causa de sua orientação sexual, considerada crime na época. Condenado a dois anos de trabalhos forçados, em 1895, foi enviado para a prisão de Reading (HOLLAND,

2004). Em 1897, quando saiu da prisão, escreveu o poema A balada do cárcere de Reading, que ele assinou com a indicação do local onde ficava sua cela: C.3.3:

*Cristo! As próprias paredes da prisão eu vi
Girando a meu redor
E o céu sobre a cabeça transformou-se em elmo
De um aço abrasador;
E, embora eu fosse alma a sofrer, já nem sequer
Sentia a minha dor.*

*Sabia qual o pensamento perseguido
Que lhe estugava o andar,
E por que demonstrava, ao ver radiante o dia,
Tanta angústia no olhar;
O homem matara a coisa amada, e ora devia
Com a morte pagar.*

*Apesar disso – escutem bem – todos os homens
Matam a coisa amada;
Com galanteio alguns o fazem, enquanto outros
Com face amargurada;
Os covardes o fazem com um beijo,
Os bravos, com a espada!*

(HOLLAND, 2004)

Naquele mesmo ano de 1897, quando Wilde foi solto, na Alemanha, o sexólogo Magnus Hirschfeld fundava em Berlim com Eduard Oberg, Max Spohr e Franz Josef von Bülow, o Comitê Científico-Humanitário. A missão da instituição era defender os direitos dos homossexuais e revogar o fatídico parágrafo 175 da lei alemã que condenava a homossexualidade. O Código Criminal Germânico em vigor de 15 de maio de 1871 a 11 de junho de 1994, considerava as relações homossexuais como crime, sendo que nas primeiras edições também criminalizava as relações sexuais humanas com animais, conhecidas como bestialidade.^{17 18}

A partir de 1919, em uma Alemanha mais liberal, Hirschfeld abre o Instituto para o Estudo da Sexualidade. Além de uma imensa biblioteca sobre sexualidade, o

¹⁷Fonte: Europeana. Disponível em: <https://www.europeana.eu/en/blog/pioneering-sexologist-magnus-hirschfeld>. Acesso: 15 set. 2022.

¹⁸ BAUER, Edgar J. Hirschfeld, Magnus (1868-1935). Encyclopedia Copyright © 2015, glbtq, Inc. Entry Copyright © 2004, glbtq, inc. Reprinted from <http://www.glbtq.com> . Acesso: 25 set. 2022.

Instituto prestava atendimento médico e mantinha um museu cujo tema era o sexo, visitado por escolas com mediações educativas.^{19 20}

Com a chegada do nazismo ao poder, em 1933, as condenações através do Parágrafo 175 se multiplicaram em mais de 10 vezes. Milhares de pessoas morreram nos campos de concentração, independentemente da culpa ou inocência relativas às suas práticas sexuais. Após o fim da Segunda Grande Guerra, a Alemanha foi dividida e o Muro de Berlim foi a expressão concreta dessa divisão. A Alemanha Oriental (comunista) em 1950 e a Alemanha Ocidental (capitalista), em 1969, revogaram alguns dispositivos do Parágrafo 175. A rigidez do parágrafo em questão foi atenuada em 1973 e, finalmente, revogada em 1994 com a reunificação da Alemanha, completando mais de 120 anos de criminalização da homossexualidade, o que não foi muito diferente em toda a Europa.²¹

Nessa mesma linha, a Índia possuía a Seção 377, do capítulo XVI do Código Penal Indiano, um fragmento da legislação Indiana usado para criminalizar as relações homossexuais, introduzido desde o domínio colonial da Inglaterra na Índia. A seção foi redigida 1860 pelo Lorde Macaulay como parte do projeto colonial para regulação e controle do povo indiano, onde se podia ler “Ofensas sexuais não naturais: qualquer pessoa que mantenha uma relação carnal contra a ordem da natureza com qualquer homem, mulher ou animal, será punido com prisão que pode se estender por 10 anos e também estará sujeito à multa.” (KEDIYAL, 2018, s/p)

Em julho de 2009 a Alta Corte da capital da Índia, Nova Déli, anulou a Seção 377 do Código Penal Indiano. O Código Penal Indiano foi reproduzido na maioria das colônias britânicas e até hoje essas leis vigoram em países como Singapura, Sri Lanka, Nigéria e Zimbábue.(KEDIYAL, 2018)

Ainda em choque com os horrores das violações de direitos ocorridas nos campos de concentração nazista, o mundo reuniu-se para criar mecanismos de proteção a

¹⁹ Fonte: Europeana. Disponível em: <https://www.europeana.eu/en/blog/pioneering-sexologist-magnus-hirschfeld>. Acesso: 15 set. 2022.

²⁰ BAUER, Edgar J. Hirschfeld, Magnus (1868-1935). Encyclopedia Copyright © 2015, glbtq, Inc. Entry Copyright © 2004, glbtq, inc. Reprinted from <http://www.glbtq.com> . Acesso: 25 set. 2022.

²¹ Fonte: Holocaust Encyclopedia (United States Memorial Holocaust Museum). Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/paragraph-175-and-the-nazi-campaign-against-homosexuality> . Acesso: 22 set. 2022.

esses direitos. Assim surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e que delimitou os direitos humanos básicos.

Novamente, por mais inclusiva que seja, a Declaração não considerou a população LGBTQ+ no documento, tanto que, em 2006, em Yogyakarta, na Indonésia, houve uma reunião de especialistas em direitos humanos de todo mundo para construir um documento que discutisse a Declaração Universal dos Direitos Humanos sob a ótica das orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, surgindo, então, o que conhecemos como Princípios de Yogyakarta (s/d).

Segundo o tratado, “a orientação sexual e a identidade gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso”. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, s/d, p. 5). Nele também se lê:

[...] violações de direitos humanos que atingem pessoas por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero, real ou percebida, constituem um padrão global e consolidado, que causa sérias preocupações. O rol dessas violações inclui execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, agressões sexuais e estupro, invasão de privacidade, detenção arbitrária, negação de oportunidades de emprego e educação e sérias discriminações em relação ao gozo de outros direitos humanos. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, s/d, p.5)

Os Princípios de Yogyakarta reconhecem, ainda, que “o policiamento da sexualidade continua a ser poderosa força subjacente à persistente violência de gênero, bem como à desigualdade entre os gêneros”. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, s/d, p.5). Esse contexto é responsável pelo apagamento da história e da memória da comunidade LGBTQ+.

Se a Declaração Universal dos Direitos Humanos é, para a Assembleia Geral das Nações Unidas, um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, os Princípios de Yogyakarta devem ser considerados também como um ideal comum a ser atingido pelos países para a proteção da população LGBTQ+, principalmente na garantia do previsto no Artigo 3º da Declaração Universal dos

Direitos Humanos (s/d): “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”²².

Em relação à transexualidade, esse processo de inclusão e visibilidade é ainda mais tardio. Apesar de serem recorrentes documentos e relatos que comprovam a existência de pessoas com identidades e expressões de gênero diversas, a pesada carga de discriminação e a inexistência de conhecimento e técnicas médicas retardou a construção de uma identidade trans, o que veio a ocorrer somente na Idade Contemporânea. Entre as décadas de 20 e 30 aconteceram as primeiras cirurgias para “mudança de sexo”, hoje denominadas de cirurgias de redesignação sexual. Dora Richter, paciente de Magnus Hirschfeld no Instituto para o Estudo da Sexualidade em Berlin, e Lili Elbe, pintora dinamarquesa, são reconhecidas como as primeiras pessoas submetidas a procedimentos cirúrgicos para adequação de sua identidade de gênero. (RIEDL, 2022; VICENTE, 2021)

Nos Estados Unidos, em 1952, com a divulgação em um jornal norte-americano da história de Christine Jorgensen, nascida George Jorgensen Jr, as questões de identidade de gênero ganharam conhecimento público. Filho de descendentes de escandinavos, era um garoto quieto, tranquilo e com maneiras femininas que, aos 19 anos, em 1945, ingressou nas Forças Armadas Americanas, dispensado com honra 6 meses depois. Foi nesse período que percebeu que sentia atração pelos colegas e não por mulheres. O mais relevante, seu interesse não era de um homossexual por um homem, mas sim de uma mulher por um homem. (JORGENSEN, 2022)

Graças ao Ato Dinamarquês de Esterilização e Castração de 1935 (que permitia a castração quando a sexualidade do paciente o induzia a cometer crimes ou quando envolvia distúrbios mentais com acentuada gravidade), Jorgensen conseguiu não só utilizar hormônios, mas também realizar duas cirurgias em dois tempos distintos. A primeira retirou seus testículos e a segunda, em 1952, seu pênis. Desde sua primeira cirurgia e concomitante uso de hormônios, ele começou a vestir roupas, utilizar nome e viver com identidade feminina. Em dezembro de 1952, ao regressar

²² Fonte: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso: 26 set. 2022.

aos Estados Unidos, foi primeira página de vários jornais norte-americanos. Em 1967 escreveu sua biografia. Nunca se casou e nem teve amantes, o que não a livrou da perseguição oriunda de pregadores religiosos, políticos e moralistas em geral. (JORGENSEN, 2022)

Ainda em relação aos Estados Unidos, reconhecido como berço da luta pelos direitos civis da população LGBTQ+ em razão do conflito de Stonewall Inn ocorrido junho de 1969 entre clientes desse bar em Nova Iorque e a polícia, na época dos acontecimentos, os atos homossexuais eram ilegais em todos os estados americanos, com exceção de Illinois. Somente em 2003 a Suprema Corte norte-americana invalidou todas as leis estaduais que ainda proibiam a tão (mal)falada sodomia. (ANDERSEN, 2005; CARTER, 2005)

1.6 A repressão às dissidências sexuais no Brasil

No Brasil, a violência contra as sexualidades dissidentes, não foi diferente e hoje, segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia (DE OLIVEIRA; MOTT, 2019), é o país que mais mata LGBTQ+ no mundo. Em 2021, a cada 29 horas uma lésbica, gay, bissexual, trans ou travesti morreu por crime de ódio em nosso país. Este processo de discriminação e violência é conhecido, hoje, como LGBTQfobia.

Qual é a dificuldade que a sociedade tem para reconhecer estas relações afetivas e estes corpos? Se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, lá em 1948, não pautou os direitos de pessoas LGBTQ+, nossa Constituição Federal de 1988, escrita quatro décadas após e sob os auspícios da Declaração Universal, também não incluiu a população LGBTQ+ como cidadã e detentora de direitos. O Artigo 3º da nossa Carta Magna afirma que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E, complementando esse artigo, temos a previsão do Artigo 5º, que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 1988)

O país se manteve atrasado no movimento global em direção à visibilidade e aos direitos LGBT+. Enquanto no hemisfério norte, gays, lésbicas e trans começaram a lutar nos anos 60, a América do Sul estava sob ditaduras militares. No Brasil, de 1964 a 1985, os generais no poder mostraram verdadeira aversão às minorias sexuais, incentivando a ação policial contra todas as pessoas que não se encaixavam em seus moldes de comportamento, sob a égide da “moral e dos bons costumes”. De acordo com a lei vaga que permitia punição por "ofender a moralidade pública", policiais assediavam gays, lésbicas, travestis e transexuais nas ruas, em bares e outros lugares de convivência que, por este motivo, em geral eram perigosos e escondidos. Os anos 70 e 80 foram especialmente difíceis para qualquer tipo de movimento social que reivindicasse direitos humanos, pois seus líderes podiam ser presos e perseguidos sem defesas legais. Os poucos grupos LGBT+ existente à época no país se encontravam na clandestinidade. (QUINALHA, 2021)

Exemplos como o Delegado José Wilson Richetti que, ao assumir a Delegacia Seccional do Centro da cidade de São Paulo, passou a comandar a “Operação Limpeza”, prendendo para investigação travestis, prostitutas e homossexuais, ficaram famosos na história da ditadura brasileira.

1.7 A epidemia as aids e a reconstrução do preconceito contra pessoas LGBT+

Quando em 1985 chega finalmente um presidente civil, embora nomeado e não eleito, houve algum arrefecimento na perseguição aos LGBT+. Infelizmente, porém, como citamos rapidamente antes, naquela época a aids atingiu fortemente a comunidade LGBT+, matando 25 mil homossexuais, travestis e transexuais na primeira década. Logo apontada, de forma preconceituosa pela mídia, como a “peste gay” ou o “câncer gay”, a epidemia causou o retorno da população LGBT+ ao gueto, agora temerosa de uma nova onda de violência e de uma doença da qual pouco se sabia e que, na época, não tinha cura e nem mesmo tratamento.

Muitas e muitos voltaram para o “armário”²³, com medo de perder seus empregos e sofrer discriminação. E, de fato, houve inúmeros casos de famílias rejeitando seus

²³ Termo utilizado para representar as pessoas que vivem ou mantem sua sexualidade escondida em razão da discriminação.

filhos, médicos e hospitais negando atendimento, quando pessoas com HIV (o vírus causador da aids) começaram a apresentar os sintomas da doença.

Se por um lado a aids trouxe pânico e retrocessos, por outro, com a necessidade de cuidar de amigas e amigos abandonados à própria sorte pelas suas famílias e instituições de saúde, a epidemia promoveu um renascimento do movimento LGBTQ+. A comunidade se uniu, formando grupos de apoio e de luta pelos direitos de pessoas convivendo com aids. Essa história é sintetizada com precisão pelos curadores Matheus Emílio Pereira da Silva e Remom Matheus Bortolozzi, no texto curatorial da exposição Memórias de uma Epidemia do Museu da Diversidade Sexual (2021):

Desde o início da epidemia, quando a aids começou a tomar forma nas páginas de jornais e revistas, três características da doença ganharam destaque: sua natureza contagiosa, sua aparente incurabilidade e seu desfecho fatal. Essas características associadas a discursos morais, tornaram-se linguagem para a construção de metáforas do preconceito e da discriminação, vinculando noções de doença, contaminação, sujeira e perversão sexual e relacionando a ideia de contágio à transgressão.

Ao mesmo tempo, a metáfora contagiosa da aids também foi potente para coletivos de resistência contra a epidemia. Deslocado do discurso estigmatizante, o contágio tornou-se expressão das relações, encontros e trocas afetivas para a construção da importância da vida e de vivê-la plenamente. Além de compartilhar o luto da perda das vidas, eram nas ações solidárias e convívio nas comunidades onde era possível vivenciar a aids de forma coletiva.

Da criação do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids de São Paulo em 1985 a coletivos contemporâneos, o horizonte ético-afetivo-político da solidariedade foi base para a construção de grupos e redes. Em constante diálogo com a academia e as políticas públicas, a sociedade civil organizada produziu várias expressões, se reunindo em torno de diferentes identidades e bandeiras. Essa pluralidade foi fundamental para a resposta à epidemia e permanece como aprendizado ainda hoje.

No Brasil, o registro do primeiro caso de HIV aconteceu em São Paulo, no Hospital Emílio Ribas, em 1980. O diagnóstico só foi confirmado dois anos depois quando a já existia tecnologia e conhecimento suficiente sobre a doença, ainda assim, naquele momento, a aids era um enigma em muitos aspectos e teve um impacto social enorme, principalmente na população LGBTQ+. (BORTOLOZZI, 2021; JARDIM, 2019)

A década de 90 é marcada pela perda de milhares de vidas em decorrência da aids, a epidemia também é responsável pela morte de personalidades, talvez a mais

emblemática desse período seja o cantor Cazuza. Desde 1985 existiam suspeitas de sua sorologia, mas foi em 1989 que ele resolveu falar publicamente sobre a doença. Se, por um lado, Cazuza gerou uma comoção nacional e trouxe visibilidade às questões relacionadas à doença, seu caso também foi usado pelos preconceituosos, principalmente religiosos conservadores, para reforçar o estigma que marcava a população LGBTQ+, já que Cazuza nunca escondeu sua bissexualidade. Era, porém, a primeira vez que um tema considerado “tabu” como a aids era tratado de forma pública no Brasil e passou a ser discutido com mais profundidade.²⁴ Apesar de o tema ter continuado a provocar polêmicas na época, com matérias sensacionalistas e abordagens discriminatórias, é fato que a visibilidade que Cazuza e outras pessoas trouxeram ao se exporem abertamente, auxiliou para uma autorreflexão da mídia sobre novas abordagens da doença e do preconceito contra a população LGBTQ+.

Este período também é marcado pelo aparecimento e a consolidação de organizações com foco no combate à epidemia da aids, como o pioneiro Grupo de Apoio a Prevenção da Aids – GAPA, fundado em 1985. O Pela Vidda Rio de Janeiro, criado em março de 1989 pelo escritor, sociólogo, jornalista e guerrilheiro Herbert Daniel. Meses depois, o Pela Vidda abriu sede em São Paulo. Já em 1990, nasceu o Grupo de Incentivo a Vida – GIV.

O abandono de transexuais e travestis convivendo com HIV/Aids, também mobilizou grupos e pessoas para minimizar seu sofrimento. Nos anos 1980, quando existia ainda muita desinformação sobre a doença, Brenda Lee, conhecida militante pelos direitos LGBTQ+ à época e que era chamada de “anjo da guarda” das travestis por dar-lhes guarida em seus momentos de maior dificuldade, começou a receber em sua casa, no Bixiga, travestis soropositivas. Em 1986, a casa de Branda Lee sofreu um atentado e tiros foram disparados contra as moradoras. Esse fato provocou uma das primeiras manifestações contra a violência sofrida por pessoas trans.

²⁴ Neste sentido, ver a análise sobre a capa da Revista Veja de 26 de abril de 1989, quando uma foto do ídolo do rock nacional à época aparecia com as faces encovadas com uma chamada sensacionalista que dizia: “Uma vítima da aids agoniza em praça pública”. Disponível em: <https://medium.com/observat%C3%B3rio-de-m%C3%ADdia/quando-a-veja-matou-cazuza-15933a4f909a> . Acesso: 25 set. 2022.

Em 1988, no mesmo local, foi criada a Casa de Apoio Brenda Lee, conhecida como Palácio das Princesas, e que, na ausência de atendimento dos equipamentos de saúde e assistência social públicos, passou a abrigar e cuidar de homens gays e pessoas trans rejeitados pelas suas famílias em razão de terem contraído HIV e desenvolvido a aids. Brenda Lee foi brutalmente assassinada no dia 28 de maio de 1996. Seu corpo foi encontrado em um terreno baldio com dois tiros, um na boca e outro no peito.

A solidariedade desse período desencadeou uma reaproximação de pessoas da comunidade LGBTQ+ para cuidar dos seus. Muitos e muitas ativistas que participavam de grupos focados na questão da aids começaram, aos poucos, a iniciar projetos em outras áreas, como direitos humanos, educação e cultura. Esses movimentos e coletivos vão desembocar na realização das primeiras Paradas do Orgulho LGBTQ+ do Brasil.

2 AS PARADAS, O “BIG BANG” DOS DIREITOS LGBT+

As Paradas do Orgulho são sem dúvida um dos acontecimentos mais importantes da luta pelos direitos LGBT+ no mundo. Suas primeiras edições nascem a partir da Revolta ou Rebelião de Stonewall, um bar localizado em Greenwich Village, bairro de Nova York, que era frequentado pela comunidade LGBT+. Durante as décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos, os primeiros grupos de ativistas LGBT+ lutaram contra uma legislação LGBTfóbica, pautada pela sua exclusão e, até 1962, todos os 50 estados americanos criminalizavam as relações entre pessoas do mesmo sexo. Lugares de frequência LGBT+ sofriam constantemente batidas policiais e seus frequentadores eram intimidados com todo o tipo de assédio e violência, muitas vezes eram algemados e levados presos em “camburões” para prestarem depoimento. Em um desses atos de repressão, em 1969, os clientes, já cansados de tanta brutalidade, resolveram se rebelar contra os policiais. (CARTER, 2005)

28 de junho de 1969 marca o início da Revolta de Stonewall, nome dado a uma série de conflitos entre a polícia e manifestantes LGBT+ que se estenderam por cinco noites. Não foi a primeira vez em que forças policiais invadiam um estabelecimento LGBT+ e não foi a primeira vez em que houve uma reação, mas a cadeia de eventos que aconteceu naquele momento em Stonewall teria um impacto fundamental no ativismo LGBT+ dos Estados Unidos (CARTER, 2005).

É importante apontar que uma série de acontecimentos registram uma reação da comunidade LGBT+ contra a violência policial e do Estado antes da revolta de Stonewall. Esses fatos, apesar de não terem recebido a devida visibilidade, são importantes para compreender a história do ativismo LGBT+ e sua desembocadura no evento de 28 de junho de 1969, hoje mundialmente conhecido como o dia do orgulho LGBT+. Um ano depois, em 1970, foram registradas as primeiras Paradas do Orgulho em Nova York, Los Angeles e Chicago. (CARTER, 2005)

No Brasil, em razão da ditadura civil-militar, que reprimia fortemente a população LGBT+ e qualquer tipo de manifestação pública, as primeiras paradas só vão acontecer no final da década de 1990. Dois atos de rua marcam o início deste

processo. Em 31 de janeiro de 1985, na cidade de Curitiba, e durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, no Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano. Mas foi somente em 1997, quando já existia otimismo suficiente para que algumas centenas de gays, lésbicas, drag queens e pessoas transexuais se reunissem para a primeira “Parada do Orgulho Gay”²⁵ em São Paulo, a qual se tornaria, anos depois, palco da maior manifestação LGBTQ+ do mundo, atingindo a marca de 2,5 milhões de participantes em 2004, entrando para o Guinness Book²⁶, livro dos recordes (CAETANO; RODRIGUES; NASCIMENTO, 2018)

Na sua primeira edição, porém, o cenário era muito diferente de hoje. Naquele 28 de junho de 1997, um pequeno grupo de pessoas se reuniu em frente ao prédio da Gazeta, na Avenida Paulista, sem autorização das autoridades para realizar uma manifestação. Assim, a polícia cercou a área e estava pronta para impedir a movimentação das pessoas. Foi quando a Drag Queen Kaká di Polly²⁷ fingiu desmaiar, chamando a atenção dos policiais e abrindo a possibilidade para que ativistas abrissem rapidamente a bandeira do arco-íris e tomassem uma das faixas da Paulista. Acontecia assim, a primeira Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo.

Foi realmente um momento de possibilidades. A sociedade em geral manteve seus velhos preconceitos contra todas as minorias sexuais, mas cada vez mais grupos surgiram para reivindicar visibilidade e direitos. Toda essa energia acumulada convergiu para a organização da Parada do Orgulho em São Paulo, que passou de 200 participantes no primeiro ano para 120 mil participantes quatro anos depois e continuou crescendo de forma exponencial, surpreendendo toda a sociedade, que estava acostumada à invisibilidade dessa população e, de repente, teve de se deparar com milhares, milhões de pessoas que se identificavam como LGBTQ+ e faziam isso publicamente, nas ruas, durante o dia (TREVISAN, 2018).

²⁵ As primeiras Paradas usavam a terminologia “Parada Gay”, que após algumas edições e por consenso do movimento nacional pela diversidade, viria a ser substituída por “Parada GLBT”. Posteriormente, buscando trazer visibilidade às mulheres lésbicas, o nome passou para “Parada LGBTQ” a partir de 2008. Mais recentemente, com o intuito de ter toda a diversidade incluída, o nome passou para “Parada LGBTQ+”, incluindo outras identidades sexuais antes não contempladas pelas siglas utilizadas.

²⁶ O Guinness World Records é uma publicação anual que registra uma coleção de recordes reconhecidos internacionalmente, ligados a performances humanas e de extremos da natureza.

²⁷ Fonte: Resistência Arco-íris. Disponível em: <https://resistenciaarcoiris.ensp.fiocruz.br/noticias/80-eleitora-de-bolsonaro-drag-kaka-di-polly-fez-nascer-a-1-parada-lgbt-do-pais.html>. Acesso: 26 set. 2022.

Como já foi contextualizado, a falta de um marco identitário visível possibilitou para grande parte da população o anonimato, porém também criou uma série de problemas na construção de políticas públicas, justamente em razão dessa invisibilidade. Foram as Paradas, com a ocupação das ruas por milhões de pessoas à luz do dia, em centenas de cidades, que deram início, como um “big bang”, a uma nova era em relação aos direitos, inclusão e visibilidade da comunidade LGBTQ+ no Brasil e no mundo. Não era mais possível esconder a imensa população que existia (e existe) e que se entende não inserida na binaridade de gênero, cisnormatividade ou a heterossexualidade. As diversas identidades sexuais finalmente conseguiram sair do armário para celebrar o orgulho de viver a diversidade.

Nesse cenário de visibilidade massiva, tanto o poder público como a iniciativa privada passam a ter um olhar voltado para esse segmento da sociedade. O primeiro passa a incluir as questões de orientação sexual e identidade de gênero nas políticas públicas, enquanto o setor privado vai, mais lentamente, incorporando tanto no desenvolvimento de produtos como em sua comunicação estratégias específicas para alcançar esse “novo” consumidor.

2.1 Políticas públicas e as ações afirmativas para a população LGBTQ+

Faz-se necessário apontar que, como esse trabalho se detém na experiência do Museu da Diversidade Sexual (MDS), equipamento ligado à Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, a pesquisa deste capítulo buscou colocar em foco a construção das políticas públicas e ações afirmativas para a população LGBTQ+ no contexto geográfico do Estado e do Município de São Paulo, onde está localizado o MDS, que serviram de base para sua criação e existência.

Antes de iniciar o recorte das políticas públicas voltadas à população LGBTQ+, precisamos balizar seu significado. Políticas públicas são ações e programas, desenvolvidos pelo Estado, visando a garantia e a efetivação de direitos previstos na Constituição Federal ou em outras leis. Caracterizam-se por medidas e programas criados pelos governos e voltados à garantia do bem-estar da população. (SARAIVA; FERRAREZI, 2006)

As políticas públicas podem formar um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais (nacional, estaduais ou municipais), voltados para a resolução de problemas de interesse público, como melhorias nas condições da rede pública de saúde.

As políticas públicas podem ser mais amplas, visando a assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade (direito à saúde, à educação, à moradia etc.) ou segmentada, voltada para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico, como as políticas públicas destinadas à efetivação da cidadania LGBT+.

Além das políticas públicas, também temos o que conhecemos por “ações afirmativas”: atos ou medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com os objetivos de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero, econômicos e outros. (CRUZ; COELHO, 2014)

A Lei de Cotas nas Universidades Brasileiras²⁸ é uma ação afirmativa que visa equiparar as oportunidades da população negra, historicamente discriminada, às oportunidades da população branca no acesso aos cursos de nível superior. As ações afirmativas tiveram origem nos Estados Unidos da América e, na prática, são medidas adotadas para atribuir direitos iguais a grupos da sociedade que são oprimidos ou sofrem com as sequelas de um passado de opressão.

Assim, em 1961, J.Kennedy editou a *Executive Order* nº 109252, motivada pela recusa do ingresso dos homens negros qualificados na universidade. A ordem foi dada no intuito de reduzir as desigualdades raciais no âmbito do trabalho e da educação. Nessa ordem estava a expressão “ação afirmativa”, que foi utilizada pela primeira vez nesse sentido. Em 1964, com o *Civil Rights Act*, os Estados Unidos passam a regulamentar a igualdade estabelecida na 14ª Emenda. (CRUZ; COELHO, 2014, p.2)

²⁸ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12711&ano=2012&ato=5dcUTRq1kM VpWT502> . Acesso: 26 set. 2022.

No Brasil, a implementação de políticas públicas para a população LGBTQ+ não se deu de forma diferente. A preocupação com a garantia dos direitos relativos à população LGBTQ+ aparece de forma embrionária, porém de maneira sistemática na gestão do então Governador de São Paulo, André Franco Montoro (1983-1986), que foi um dos primeiros governos estaduais a instituir ações de combate à perseguição a homossexuais, travestis e transexuais, bem como a seus locais de frequência, práticas comuns na época da ditadura militar. Essas ações compunham uma política mais ampla de inserção dos direitos humanos nas práticas e ações do governo, que incluíam além da população LGBTQ+, mulheres e pessoas negras e se opunham às políticas repressivas até então realizadas.

Exemplo foi, durante a Ditadura Militar, o então Delegado da Polícia Civil, José Wilson Richetti. Lotado no Deops/SP na década de 1960 e, ao longo dos anos 1970, na Delegacia Seccional Centro, localizada na então famosa Boca do Lixo – o maior território de prostituição da história de São Paulo. Nos anos 1980, Richetti foi delegado do DEIC, o Departamento Estadual de Investigações Criminais, sendo, durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982), um dos responsáveis pelo policiamento ostensivo na região central da cidade por meio das Rondas. (QUINALHA, 2021).

Segundo o Memorial da Resistência de São Paulo²⁹:

As rondas, que se tornaram política de segurança oficial do Estado, tinham por objetivo, nas palavras de Richetti: “limpar a cidade dos assaltantes, traficantes de drogas, prostitutas, travestis, homossexuais e desocupados”. Em 1º de abril de 1980, O Estado de S. Paulo publicou matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, na qual registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los”. A matéria cita ainda o delegado Paulo Boncristiano, na época lotado na Delegacia Seccional Sul, para quem “estão dando excessiva liberdade a estes homossexuais que tomaram conta das ruas importantes da Capital e de bairros estritamente residenciais”. Segundo consta de declaração de Richetti à imprensa, de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para delegacias. No dia 31 de maio de 1980, a Secretaria de Segurança Pública

²⁹ **Fonte:** Memorial da Resistência de São Paulo - Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo. **Verbete:** José Wilson Richetti. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-wilson-richetti/>

do Estado publicou nota oficial elogiando tanto as operações de rondão, como as condutas do delegado Richetti”.

Para além da violência policial, Montoro também esteve como governante numa época em que se iniciava a violência moral contra gays e travestis, com o iniciante advento da aids. As notícias jornalísticas espalhavam desinformação sobre a chamada, à ocasião, “peste gay”, ampliando o medo e a rejeição aos LGBT+. Foi nesse período e sob gestão de Montoro que se criou o primeiro Programa Estadual de Enfrentamento à Epidemia de HIV/Aids, acolhendo muitos homossexuais e travestis deixados à própria morte pela família. Mais tarde, em 1983, vai se transformar no Programa Estadual de DST/Aids, com quatro objetivos principais: a vigilância epidemiológica, o esclarecimento à população para evitar o pânico e discriminação dos grupos considerados vulneráveis na época, a garantia de atendimento aos casos verificados e a devida orientação aos profissionais de saúde (BORTOLOZZI, 2021).

Mas, se a década de 1980 prometia novos rumos para a cidadania LGBT+, a década de 1990 expôs os grupos formados com um único objetivo – exterminar homossexuais. A intolerância pairava sobre os espaços públicos. Vários eram os casos que chegavam às mídias falando sobre os Skinheads ou Carecas do ABC, grupos neonazistas e intolerantes aos homossexuais e negros.

E é com esse cenário que o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) foi lançado, por decreto presidencial, em 1996, no primeiro mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso: destacado como o primeiro programa do tipo da América Latina e o 3º do mundo. Já na sua Introdução, o I Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) sinaliza para violações dos direitos humanos de populações específicas. Conforme se pode ver no portal DHNET³⁰, o texto afirma:

É preciso dizer não à banalização da violência e proteger a existência humana. É neste contexto que o Governo brasileiro, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, decidiu elaborar o Programa Nacional de Direitos Humanos. Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros

³⁰ Fonte: Portal DHNET. Plano Nacional de Direitos Humanos I

e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso à riqueza (sic). Todos, enquanto pessoas devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada. (BRASIL, 1996)

Ainda no PNDH I encontramos algumas metas voltadas para a população LGBT+:

5. Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais.

[...]

78. Propor legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou orientação sexual, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existente na legislação constitucional. (BRASIL, 1996)

Temos, assim, o embrião das políticas públicas voltadas à população LGBT+.

No bojo do PNDH I, temos em 1997, a inclusão do tema da diversidade sexual no I Plano Estadual de Direitos Humanos. O Programa traz, logo no começo da Introdução:

Direitos Humanos são os direitos fundamentais da pessoa humana. No regime democrático, toda pessoa deve ter a sua dignidade respeitada e a sua integridade protegida, independentemente da origem, raça, etnia, gênero, idade, condição econômica e social, orientação ou identidade sexual, credo religioso ou convicção política. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1997)

Dentre seus princípios e prioridades, apresenta:

O PEDH baseia-se em cinco princípios básicos. Primeiro, a consolidação da democracia exige a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de origem, idade, sexo, etnia, raça, condição econômica e social, orientação ou identidade sexual, credo religioso e convicção política.

Além de inovar, trazendo um capítulo inteiro que trata de questões relacionadas a população LGBT+

3.12. Homossexuais e Transexuais

286. Apoiar campanha pela inserção na Constituição Federal e na Constituição Estadual de dispositivo proibindo expressamente a discriminação por orientação e identidade sexual.

287. Apoiar programas de coleta e divulgação de informações junto a organizações governamentais e da sociedade civil sobre a questão da

homossexualidade e transexualidade e da violência e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e profissionais do sexo.

288. Pugar pelo julgamento e punição dos autores de crimes motivados por discriminação centrada na orientação ou identidade sexual.

289. Apoiar a criação e funcionamento de casas abrigo para adolescentes expulsos da família por sua orientação ou identidade sexual.

290. Adotar medidas para coibir a discriminação com base em orientação e identidade sexual dentro do serviço público. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1997)

Mas a violência praticada pelos grupos neonazistas avançava no Estado, em especial na Capital (São Paulo) e, em 2000, a Praça da República tornou-se palco de um dos mais violentos e difundidos crimes de homofobia – o assassinato do adestrador de cães Edson Nérís. Passeando pela praça de mãos dadas com seu namorado, o casal foi abordado por pessoas do denominado grupo “Carecas do ABC” e sofreu violenta agressão física. Espancado barbaramente a chutes, socos e golpes de soco-inglês, Edson faleceu em decorrência das múltiplas hemorragias internas. Numa varredura pelas ruas da cidade, naquela madrugada de 6 de fevereiro de 2000, a polícia deteve 18 suspeitos, incluindo 2 mulheres. No julgamento, a maioria recebeu penas brandas por “apenas” participar do ataque. Dois autores acabaram condenados a 21 anos de prisão e um terceiro a 19 anos, numa primeira decisão da Justiça Brasileira a reconhecer a intolerância fundada em orientação sexual. O Juiz do caso, hoje desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Luís Fernando Camargo de Barros Vidal, manifestou-se: “A intolerância como princípio de ação é absolutamente censurável e com ela de igual modo o direito penal há que se revelar inflexível”³¹. A morte de Edson Nérís da Silva representou a necessidade da criação de políticas públicas. Ainda em 2000, ano de seu assassinato, o Governo do Estado criou o GRADI – Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância, por meio da Resolução SSP nº 42/2000, e que tinha por atribuição estudar e prevenir os crimes de intolerância de qualquer espécie – social, religiosa, sexual, esportiva e outras.³²

No mesmo ano, a Resolução 285 da Secretaria de Segurança Pública, reconhecia em seu artigo 2º, parágrafo único, no item I, a existência de organizações

³¹ Fonte: Jornal Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 15 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1502200101.htm>. Acesso: 22 set. 2022.

³² JESUS, Beto de. O Julgamento de Edson Neris, uma questão de justiça. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.social.org.br/relatorio2002/relatorio027.htm>. Acesso: 26 set. 2022.

conhecidas por “carecas”, “skinheads”, “white power”, “punks” e neonazistas, e a necessidade de coibição das mesmas, bem como, em seu item III, a existência de crimes contra a vida ou integridade física direcionados aos homossexuais. Outro avanço foi a sanção, em 2001, pelo Governador Alckmin, do projeto de lei de autoria do Deputado Estadual Renato Simões, criando a Lei Estadual nº 10.948, que proíbe e pune a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Considerada uma das primeiras no Brasil, a lei auxilia, educativamente, no combate à discriminação e preconceito contra a população LGBTQ+. ³³

E as políticas foram avançando. Em 2005, foi criada a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, na Secretaria Especial de Participação e Parceria, na Prefeitura de São Paulo. Experiência inédita, essa Coordenadoria instituiu ações afirmativas e de visibilidade para o segmento LGBTQ+, além de desenvolver uma rede de proteção para essa comunidade e combater o preconceito. Também em 2005, foi criado o Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual, espaço de interlocução entre o poder público e a sociedade civil. No ano seguinte foi aberto o Centro de Referência e Combate à Homofobia, espaço para o atendimento às vítimas de discriminação e preconceito, na Cidade de São Paulo. ³⁴

Neste mesmo ano, o Estado de São Paulo, por meio de Decreto, ganhou a DECRADI – Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, oriunda do então GRADI³⁵, que até hoje atua no mapeamento, controle e repressão dos grupos LGBTQófóbicos. Mas ter uma delegacia especializada não foi suficiente. Em 2007, a praça da República fazia mais uma vítima de grupos intolerantes. Abordada por 9

³³ Fonte: Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/institucional/legislacao/detalhes?titulo=Resolu%C3%A7%C3%B5es+SSP+2000&id_content=UCM_043149&_adf.ctrl-state=75j5l2taw_4&_afLoop=121193649867007&_afWindowMode=0&_afWindowId=null#!%40%40%3F_afWindowId%3Dnull%26_afLoop%3D121193649867007%26titulo%3DResolu%25C3%25A7%25C3%25B5es%2BSSP%2B2000%26id_content%3DUCM_043149%26_afWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D10tpvny7b9_17. Acesso: 26 set. 2022.

³⁴ Sistematização das propostas da II Conferência LGBTQ para elaboração do Plano Municipal de Promoção da Cidadania LGBTQ e Enfrentamento da Homofobia de São Paulo. Disponível em: <http://telecentros.sp.gov.br/img/arquivos/Sistematizacao.pdf>. Acesso: 27 set. 2022.

³⁵ Decreto nº 50.594, de 22 de março de 2006. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50594-22.03.2006.html#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%2050.594%2C%20de%202022,do%20Estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo>. Acesso: 26 set. 2022.

homens, que se vestiam como skinheads, a ativista e artista Renata Peron se viu cercada e agredida junto com um amigo. Um dos agressores, que calçava uma bota com uma ponteira de metal, acertou uma “voadora” em Renata, fazendo com que ela perdesse um dos rins.³⁶

Em 2007, outra medida inovadora foi reformar o Sistema Previdenciário do Estado de São Paulo, que instituiu o direito à pensão ao(à) parceiro(a) homossexual de servidor(a) público(a) estadual quando do falecimento deste(a). Também foi fundado o Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Em 2009, o Governo de São Paulo criou a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, no âmbito da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania; instituiu o Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual e o Conselho Estadual de Defesa da Diversidade Sexual. Em relação às garantias legais para a população LGBT+, foi regulamentada a Lei 10.948, e publicado decreto acerca do uso do nome social na administração pública, medida que garantiu a dignidade para travestis e transexuais. Para essa população criou-se, ainda, o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, que possui autorização do Conselho Regional de Medicina – CRM, para implementar um protocolo de hormonização.^{37 38 39}

No âmbito do Governo Federal, tivemos, em 2004, com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, uma primeira iniciativa construída entre sociedade civil organizada e poder público, estipulando metas e atividades para os mais diversos Ministérios. (CONSELHO, 2004). Em 2006, a Carta dos Usuários do SUS – Portaria nº 675/2006 trouxe o reconhecimento do direito do uso do nome social no Sistema Único de Saúde, como forma de acolher travestis, mulheres transexuais e homens

³⁶ Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 06 de novembro de 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,transexual-atacada-por-9-no-centro-perdeu-o-rim,10000001279>. Acesso: 26 set. 2022.

³⁷ ABGLT. Ferramentas Jurídicas Estaduais. Disponível em: <https://www.abgl.org/sao-paulo> Acesso: 27 set. 2022.

³⁸ Decreto nº 55.839, de 18 de maio de 2010. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55839-18.05.2010.html> . Acesso: 27 set. 2022.

³⁹ Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Diversidade Sexual e Cidadania LGBT. (2018) <https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Cartilha-3a-Edi%C3%A7%C3%A3o-Final.pdf> . Acesso: 27 set. 2022

trans.⁴⁰ Do nome social ao processo transexualizador, redefinido e ampliado através da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, foram muitos anos de luta e duas Conferências Nacionais voltadas à construção de Políticas Públicas para a população LGBTQIA+ (2008 e 2011).⁴¹

Apesar dos avanços das políticas públicas existentes, vale assinalar que na última década todos os direitos conquistados pela população LGBTQIA+ vieram de decisões do Supremo Tribunal Federal e, com isso, a população LGBTQIA+ ainda não possui uma legislação que a proteja de fato e constitui um segmento social vulnerável e, muitas vezes, excluído.

Em pleno 2022, ainda nos deparamos com a falta de um olhar mais atento para a diversidade sexual e de gênero que compõe nossa sociedade, sendo esta desatenção o ponto de partida para a institucionalização de organismos governamentais focados em programas, projetos e ações para essa população, como as Coordenadorias aqui mencionadas.

Tanto que, no processo da I Conferência Nacional, a sociedade civil presente elencou os pontos mínimos necessários para instituir o Tripé da Cidadania LGBTQIA+ e a garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans: 1. institucionalização de órgãos públicos voltados para a diversidade sexual; 2. institucionalização de Conselhos LGBTQIA+ como espaços de participação dessa população; e 3. interlocução com gestores das esferas municipais, estaduais e federal e a criação, implementação e execução de Planos de Promoção da Cidadania LGBTQIA+ e Enfrentamento à Homofobia, geralmente oriundos do processo das Conferências.⁴²

⁴⁰ **Fonte: UNIVERITAS/UNG. 5 decisões judiciais que asseguram direitos para a comunidade LGBTQIA+. Disponível em: <https://www.ung.br/noticias/5-decisoes-judiciais-que-asseguram-direitos-para-comunidade-lgbtqia> . Acesso: 27 set. 2022.**

⁴¹ **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso: 27 set. 2022.**

⁴² Congresso em Foco. Artigo de Toni Reis: A cidadania LGBTQIA+ e o Poder Executivo. Publicado em 29 abr. 2011 e atualizado em 10 out. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opiniao/colunistas/a-cidadania-lgbt-e-o-poder-executivo/>. Acesso: 27 set. 2022.

O reconhecimento de um avanço é necessário, mas apontar suas fragilidades também, visto que não existe uma real institucionalização das políticas públicas para a população LGBT+ através de uma legislação, ou seja, no Congresso Nacional nenhuma lei sobre o tema foi aprovada, possibilitando a reversão, a qualquer momento, dos direitos alcançados até o momento através de muita luta pelo movimento social LGBT+.

[...] as políticas públicas LGBT constituem-se em complexo campo com permanente disputa na arena política; seja pelas diferentes concepções, projetos, práticas, desejos e demandas do plural Movimento LGBT, seja pela intensa disputa com os setores burocráticos do Estado e com grupos antagonistas, conservadores, reacionários e opositores ao ativismo pelos direitos sexuais. (PEREIRA, 2016, pag.19).

2.2 O direito à memória da comunidade LGBT+

No Dia Internacional Contra a Homofobia⁴³, 17 de maio de 2017, a jornalista Heloisa Aun e o site Catraca Livre publicaram o seguinte relato que resume a realidade brasileira:

Em 2016, Luana Barbosa dos Reis morreu depois de ser brutalmente agredida por ao menos seis policiais na rua onde morava, em Ribeirão Preto (SP). A mulher de 34 anos era mãe, negra, pobre e lésbica. No mesmo ano, o adolescente Itaberlly Lozano foi assassinado pela própria mãe, Tatiana Lozano Pereira. Em março de 2017, o caso da travesti Dandara dos Santos, covardemente torturada e morta em Fortaleza (CE), causou revolta após a publicação de um vídeo da violência nas redes sociais. Mais recentemente, o vendedor trans Thadeu Nascimento, de 24 anos, foi encontrado morto no bairro de São Cristovão, em Salvador (AUN, 2017, s/p.)

Em episódio recente, em janeiro de 2021, a adolescente Keron Ravach, de 13 anos, foi assassinada pauladas por um rapaz de 17 anos, no Ceará. Ela se tornou a vítima mais jovem na história do monitoramento, que é feito pela ANTRA⁴⁴ há 4 anos. Infelizmente, os casos narrados acima ainda ocorrem rotineiramente em nosso país e são apenas alguns exemplos da cruel realidade da violência LGBTfóbica no Brasil.

O motivo de tanta discriminação é a tentativa de impor padrões, regras e dogmas mandatórios em relação a comportamentos, expressões e práticas sexuais

⁴³ Conforme informamos na nota de rodapé 7, usamos aqui o termo homofobia, pois em 2017 ele era utilizado pelos movimentos sociais, tendo sido modificado posteriormente para incluir outras identidades e orientações.

⁴⁴ ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

considerados “normais” e institucionalizados através da promoção de religiões e governos. Porém, desde sempre, parte das pessoas não se adequa a essa normatização e, para sobreviver, acabam reprimindo sua sexualidade e afeto. Aqueles e aquelas para os/as quais esta alternativa não é possível, ou seja, não podem ou não querem viver escondidos, muitas vezes acabam ampliando os registros de violência LGBTfóbica no país.

A heteronormatividade⁴⁵ e a cisgeneridade⁴⁶ compulsórias advindas da hierarquização de grupos e segmentos sociais e, com isso, a consequente discriminação contra a população LGBTQ+ também desencadeia outro processo excludente, que resulta na invisibilização de sua memória, história e produção sociopolíticas e culturais.

Segundo Pierre Nora podemos entender a memória como um processo dinâmico e sujeito a uma série de interferências, como aquelas afetivas e simbólicas, enquanto a história é a reconstituição intelectual, com suas problemáticas e interesses, do que é passado:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta dialética da lembrança e do esquecimento (sic), inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repente nas revitalizações (sic). A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (NORA, 1981, p.3).

As disputas que se processam nos campos da memória e da história, dominadas por grupos hegemônicos, impactam diretamente na preservação de memórias sensíveis, como a da população LGBTQ+ e de sua visibilidade no contexto histórico

⁴⁵ A heteronormatividade é uma expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBTQ+, principalmente os relacionados à formação de família e expressão pública. (REIS, 2018)

⁴⁶ Um termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-”. Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer. (REIS, 2018)

ou, na maioria das vezes, o apagamento de marcos identitários de personagens importantes, como suas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

No texto *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Michael Pollak identifica de forma precisa os processos de apagamento ou de subjugação que se estabelecem, na sociedade, em relação a grupos entendidos aqui como minoritários, mas que nem sempre se enquadram nesta definição.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p.3)

Atingida de forma contundente, como outros grupos, por esta clivagem apontada por Pollak, a comunidade LGBTQ+ carrega também outras marcas que resultam, literalmente, na sua exclusão dos espaços formais e responsáveis pela preservação e extroversão de acontecimentos históricos e memória, como museus, bibliotecas e acervos públicos. Esta censura se apresenta de forma generalizada em todos os lugares e ao longo da história. A exceção a essa regra acontece entre vários povos originários, que se mostram não apenas tolerantes, mas respeitosos em relação às identidades de gênero e sexualidades dissidentes, como é o caso emblemático dos “Dois-espíritos”⁴⁷, entre os povos indígenas da América do Norte.

Essa abrangência temporal e geográfica, com certeza, aproxima as pessoas LGBTQ+ da aparação também sofrida pelas mulheres ao longo da história. Como as sexualidades dissidentes, a desigualdade de gênero foi biologizada e naturalizada desde o final do século XVIII. (TREVISAN, 2018) Desta maneira, o sexo biológico aparece como uma dimensão fundamental e se torna, em última instância, o juiz que vai determinar quem domina e quem é inferiorizado, apontando qual memória é digna ou não ser preservada. O conceito de sexo biológico se constrói a partir das características físicas e biológicas, como cromossomos, genitália e composição

⁴⁷ Dois-espíritos são pessoas que desempenham papéis de gênero misto ou contrário ao seu sexo biológico. São encontrados entre muitas tribos indígenas nativas americanas e canadenses. Essas performances incluem vestir roupas e executar o trabalho de ambos os gêneros, masculino e feminino. Disponível em: <https://www.dictionary.com/e/gender-sexuality/two-spirit/>. Acesso: 27 set. 2022.

hormonal, determinando uma marca anatômica que nos é atribuída ao nascimento. Essa se torna a baliza que convencionou as definições de macho, fêmea ou intersexo, antigamente conhecido como hermafrodita⁴⁸.

Pode-se afirmar, que a patologização e a demonização das pessoas LGBTQ+ vão embasar o discurso de ódio produzido pela maioria das religiões que retroalimenta esse lastro de intolerância contra a diversidade sexual. Homilias que conjugam culto ao heterossexismo geram obstáculos para a legitimação de direitos e potencializam as diferentes vulnerabilidades, além de justificarem, com suas oratórias, a violência. A esses corpos criminalizados e pecadores lhes é negado o direito à convivência, à liberdade e à própria vida, que dirá à memória. Cristina Meneguello e Viviane Borges (2018) em *Patrimônio, memória e reparação*, refletem sobre essa banalização da vida e seus direitos de reparação e lembrança, ao analisarem as histórias de pessoas que foram isoladas em sanatórios e separadas de seus filhos e filhas, em razão da hanseníase.

O sentido da mortalidade e o paradoxo da relação entre o ausente e o presente, numa sociedade em que a relação individual com a morte é cada vez mais mediada, distante e asséptica, parecem devolver às pessoas a interação real quase inexistente com a morte. (MENEGUELLO; BORGES, 2018, p. 17)

Como é possível pensar na preservação de memórias sensíveis, sem antes garantir a vida e a dignidade dessa população? A resposta apresenta um dilema que é vivido de forma cotidiana pela comunidade LGBTQ+. Os resultados são: a escassez de iniciativas ligadas à preservação de patrimônios e, em geral, a sua precarização, quando acontecem.

O foco e energia de ativistas e militantes, com razão, estão voltados para a luta da garantia e promoção de direitos, já que eles são negados para esta população. No país que mais mata LGBTQ+, a mediação e o distanciamento com a morte/crime, a que as autoras Cristina Meneguello e Viviane Borges se referem, ganham respaldo nos discursos LGBTQófobos religiosos e institucionais. Os assassinatos contra

⁴⁸ Hermafrodita tem origem grega: *hermaphroditos*. O termo é a junção dos nomes dos deuses e seus pais: Hermes e Afrodite. Na mitologia grega, o personagem Hermafrodita possuía os dois sexos e era filho de Hermes e Afrodite, que simboliza o estado primitivo da humanidade, antes de existirem os opostos. O termo durante muito tempo foi utilizado, na medicina, para denominar as pessoas hoje conhecidas como intersexo.

LGBT+ são tratados pela sociedade como necessários e causados pelas próprias vítimas, cujos corpos são desumanizados, permitindo-se todo o tipo de violência contra eles.

2.3 E o papel dos museus?

Para entender qual é o possível papel dos museus para reverter essa lógica social, é preciso compreender sua responsabilidade na promoção de uma história e memória cravadas de clivagens.

Os museus nasceram e se transformaram, em sua maioria, em espaços de culto a uma epistemologia racista, machista e LGBTfóbica. O rompimento dessas barreiras é ainda recente e nasce a partir de correntes como a Nova Museologia e a Museologia Social, que vão rediscutir as responsabilidades desses lugares públicos onde se pratica a educação não formal.

Ulpiano Bezerra de Meneses, no décimo Encontro Paulista de Museus, ao receber a medalha Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, destaca esse novo papel dos museus em relação às memórias traumáticas na contemporaneidade:

O museu funciona, assim, como um necessário espaço de confronto sem dominação, numa sociedade tão fragmentada como a nossa. Acreditar que o museu tem vocação de espaços de contraponto leva a uma outra preferência, que não me canso de explicitar: mais vale o museu como lugar de perguntas, do que de respostas.

Todavia, também a violência não é uma fatalidade, também ela pode e deve ser desnaturalizada. Não é conselho de autoajuda acreditar na existência de sementes de redenção que venham a ser plantadas, aqui e agora: é porque somos nós os sujeitos da história. Por isso, além de denunciar as enormidades da violência no passado, os museus comprometidos com os direitos humanos precisam assumir-se como faróis que iluminam também a violência de hoje, a violência cotidiana, a violência em qualquer modalidade e escala. (MENESES, 2018, p.9)

É possível concluir que os Museus podem se transformar em ferramentas importantes e agregadoras nas lutas pela equidade e justiça social, aliás ações reparadoras em relação a essas memórias já deveriam estar presentes nas suas pautas. Construir, a partir, desses lugares, discursos e práticas inclusivas tem

potencialidades expressivas principalmente para pessoas e grupos que jamais se enxergaram nos espaços museológicos.

Em *O Social como Objecto da Museologia* (2014), a museóloga Judite Primo se atém a percepção de que as construções identitárias são influenciadas pelas ciências. A partir dessa premissa, algumas são validadas pelos aparelhos de poder e religiosos. São essas que são sacralizadas nos espaços museológicos.

Do ponto de vista social, toda e qualquer identidade é construída. A matéria-prima para a construção identitária é fornecida pela história, geografia, biologia, instituições, memória coletiva, pelos aparelhos de poder e aparelhos de origem religiosas. Essa matéria-prima de construção identitária é processada pelos indivíduos, grupos sociais e sociedade, tendo seus significados processados em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo e de espaço. Entender e identificar quem e para que se constrói a identidade coletiva determina os conteúdos simbólicos da identidade e o seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (PRIMO, 2014 p.16)

A luta pela inserção de identidades e comunidades dissidentes ainda é recente e, apesar dos avanços, os processos ainda são difíceis e intrincados. No caso dos equipamentos museológicos, o que se nota no Brasil é a abertura de uma pequena fresta, desde que o controle permaneça nos espaços de produção de conhecimento reconhecidos, como a Museologia, que se coloca acima de uma epistemologia comunitária, mesmo em museus de sociedade onde essas experiências e vivências são fundamentais. A presença de pessoas com deficiência, LGBTQ+, indígenas, entre outros segmentos da sociedade, é apenas tolerada, mesmo em equipamentos culturais cuja temática seja literalmente ligada a esses grupos identitários. Quando observamos a estrutura organizacional desses espaços, vamos notar que os lugares de poder são ocupados por profissionais sem nenhuma identificação com as causas defendidas por esses equipamentos e não vamos encontrar muitas pessoas com deficiência, pessoas negras, pessoas LGBTQ+ assumidas ou indígenas na direção dessas instituições.

Esses processos são corrosivos e demonstram um distanciamento entre o discurso e a prática. Quando um museólogo ou uma curadora tomam decisões em relação à temática de uma exposição, uma aquisição para o acervo ou programa educativo,

sempre existirá o filtro de sua condição identitária, não indígena, branca, heteronormativa ou cisgênera. O lema das pessoas com deficiência “Nada sobre nós, sem nós”⁴⁹ explicita a necessidade da real participação e inclusão dessas comunidades, bem como o jargão “lugar de fala”⁵⁰ e mais recentemente o “blackface”⁵¹ e o “transfake”⁵². Todos denunciam uma ocupação indevida de espaços e lugares de pertencimento.

⁴⁹ O lema teve origem no início do século XX nos Estados Unidos e depois se espalhou pelo mundo inteiro. O movimento “Nothing about us without us” (Nada sobre nós sem nós) significa que toda e qualquer decisão a respeito das pessoas com deficiência deve ser realizada com a participação e opinião das próprias pessoas com deficiência.

⁵⁰ Segundo Djamila Ribeiro, mestra em filosofia e professora da PUC-SP, autora da obra **O que é lugar de fala?**, a frase significa que o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas a respeito de certos temas, mais especificamente sobre exclusão e discriminação sofridas.

⁵¹ Se refere à prática teatral de atores que se coloriam com o carvão de cortiça para representar personagens afro-americanos de forma exagerada, geralmente em shows norte-americanos.

⁵² Usa-se a expressão para designar uma pessoa cisgênera (que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento) que interpreta uma pessoa trans (que não se identifica com o gênero de nascimento) em algum filme, peça ou novela.

3 O MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL

A ideia de criar um espaço para preservar a memória e visibilizar a cultura LGBTQ+ nasceu no final dos anos 90, a partir de um grupo de ativistas que se juntaram para colaborar na construção da Parada do Orgulho LGBTQ+ da cidade de São Paulo, que teve sua primeira edição em 1997. Alguns haviam vivido durante o regime militar, no qual, como já dissemos, sob o pretexto “da moral e dos bons costumes”, homossexuais, transexuais e travestis eram perseguidos/as e reprimidos/as com violência pelas forças policiais. A maioria dos integrantes desse grupo havia sobrevivido à epidemia da aids que, durante os anos 80, ceifou a vida de milhares de pessoas LGBTQ+.

Os anos de convivência com a epidemia da aids deixaram marcas profundas na população LGBTQ+. Foi uma época em que o medo da morte rondava esta comunidade, atrelada a uma nova onda de discriminação, exclusão e violência, principalmente contra pessoas trans e gays. A mídia, como já comentamos, veiculava a ideia da “peste gay”, promovendo mais estigmas, enquanto setores da Igreja católica e outras denominações religiosas afirmavam que a aids seria um “castigo divino” imposto às pessoas LGBTQ+.

Nas décadas em que as causas da doença ainda eram desconhecidas e não existia um tratamento para combatê-la, pessoas convivendo com aids eram abandonadas. Cercados pelo preconceito, homossexuais e pessoas trans morriam sem cuidados médicos e sem apoio da família, que aparecia somente no pós-morte, para demandar os bens da vítima. O que não interessava, como documentos, fotografias, entre outros objetos ligados à sua orientação sexual ou identidade de gênero, eram descartados, perdendo-se para sempre a sua memória, ou seja, os registros de suas histórias e vivências.

Depois de percorrerem um labirinto burocrático tentando conseguir um lugar, fundos e aprovação oficial durante anos, em 2011 o grupo conseguiu uma abertura para colocar em prática a ideia de criar um espaço de memória para a comunidade LGBTQ+ junto à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. O primeiro passo foi a criação de um comitê formado por voluntários LGBTQ+ para pensar como seria esse

centro de memória. Esse pequeno grupo informal, do qual eu fiz parte, promoveu sessões públicas para discutir as premissas do espaço. Várias reuniões aconteceram para entender as expectativas e anseios da comunidade em relação à criação de um centro de memória das pessoas LGBTQ+. Participaram ativistas, empresários culturais, jornalistas, artistas, escritores, intelectuais, entre tantas outras pessoas. O equipamento nasceu a partir da escuta e da participação da comunidade.

Este processo impactou de forma permanente no então embrionário Museu da Diversidade Sexual, que iria estabelecer uma relação permanente com a população e desenvolver uma série de processos museológicos coletivos e participativos. A primeira decisão conjunta que se consolidou foi a vontade de que o espaço fosse gratuito com acesso garantido a todas as pessoas. Sua entrada não deveria ter nenhum tipo de barreira, como catracas, grades ou mesmo uma segurança ostensiva na porta, e o cuidado com o acolhimento de todas as pessoas seria uma marca do Museu. Durante esses encontros, também ficou patente o desejo pela criação de um Museu dedicado ao tema da diversidade sexual, entendendo a importância da instituição Museu, no imaginário da sociedade, como lugar chancelado para a guarda de acervos e preservação de memórias

Depois de longas conversas e negociações, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a comissão de representantes LGBTQ+ decidiram sobre a criação de um “Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual”, o que foi possível na época, apesar de que o desejo da comunidade era de se criar um Museu. O segundo passo foi a busca de um espaço para abrigar o Centro. Não havia muitas ofertas e consultas realizadas em vários órgãos oficiais resultavam sempre em negativas. Até que surgiu a possibilidade de uma parceria com a Companhia do Metropolitano de São Paulo (metrô) que, na época, após inúmeros casos de discriminação contra pessoas LGBTQ+ no transporte público, entendeu a importância de abrigar um espaço voltado para a comunidade.

O metrô ofereceu vários espaços e a escolha recaiu sobre uma pequena loja de aproximadamente 100m² na República. O território que circunda a estação historicamente abriga inúmeros lugares de memória para a comunidade LGBTQ+.

como o Largo do Arouche, a Galeria Metr pole e a rua Vieira de Carvalho, pois esses locais vinham sendo, desde os anos 50, frequentados por integrantes da comunidade, tanto as ruas quanto bares e restaurantes que foram se estabelecendo, ao longo do tempo, para atender pessoas LGBTQ+ em sua maioria. Nos anos 90, pessoas LGBTQ+ convergiram para a República e entorno em grande número, buscando moradia ou um lugar seguro para conviver e poder demonstrar seu afeto publicamente.

A Praça da República foi o local do bárbaro assassinato de Edson N ris, relatado no capítulo anterior. Este fato também pesou na escolha da esta o República do metrô para abrigar o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual, criado pelo decreto n  58.075, em 25 de maio de 2012⁵³, que estabeleceu sua implementa o como equipamento ligado   Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Cria, na Secretaria da Cultura, como equipamento cultural da área de Difusão Cultural, o Centro de Cultura, Memória e Estudos de Diversidade Sexual do Estado da São Paulo e d  providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribui es legais,

Decreta:

Artigo 1  - Fica criado, na Secretaria da Cultura, como equipamento cultural da área de Difusão Cultural, o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo.

Artigo 2  - Ficam acrescentados ao Decreto n  50.941, de 5 de julho de 2006, os dispositivos adiante relacionados, com a seguinte reda o:

I - ao inciso I do artigo 71, com a nova reda o dada pelo inciso II do artigo 2  do Decreto n  51.916, de 20 de junho de 2007, a  linea "j":

"j) Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo;"

II - o artigo 93-B:

"Artigo 93-B - O Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo tem as seguintes atribui es:

I - garantir a preserva o do patrimônio cultural da comunidade LGBTQ brasileira, através da coleta, organiza o e disponibiliza o pública de referenciais materiais e imateriais;

II - pesquisar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da comunidade LGBTQ brasileira e, em especial, paulista;

III - valorizar a importância da diversidade sexual na constru o social, econ mica e cultural do Estado de São Paulo e do Brasil;

⁵³ Decreto n  58.075, de 25 de maio de 2012. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58075-25.05.2012.html#:~:text=58.075%2C%20de%2025.05.2012&text=GERALDO%20ALCKMIN%2C%20Governador%20do%20Estado,do%20Estado%20de%20S%3%A3o%20Paulo>. Acesso: 27 set. 2022.

IV - publicar e divulgar documentos e depoimentos referentes à memória e à história política, econômica, social e cultural da comunidade LGBT e sua interface com o Estado de São Paulo."

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Importante frisar que o projeto de criação de um lugar de referência para a memória da população LGBT+ levou 15 anos para se tornar realidade e só foi possível pela insistência da sociedade civil e o apoio do Governador e o Secretário de Cultura da época que resolveram enfrentar a intolerância da sociedade e apoiar sua criação.

Como já citado, o local cedido pelo metrô era uma pequena loja e tinha aproximadamente 100m². Tinha duas paredes de vidro enormes abertas para um corredor por onde milhares de pessoas passavam apressadamente todos os dias, mas não possuía nenhuma infraestrutura. Com um orçamento de 40 mil reais anuais à época e 3 funcionários, a comissão decidiu que, mesmo assim, ali seria instalado o espaço expositivo do Museu da Diversidade Sexual. Desde o início, a exemplo das pessoas trans, que utilizam um nome social para se adequar à sua identidade de gênero, o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual foi adotado e conhecido pela comunidade como o Museu da Diversidade Sexual. A sua institucionalização, como espaço museológico, só aconteceria em 4 de maio de 2018, quase 5 anos depois, através do decreto 63.375 ⁵⁴, assinado pelo então governador Márcio França, que alterou sua nomenclatura e inseriu o equipamento na Unidade responsável pelos museus do estado:

Altera a denominação e a área do equipamento cultural que especifica, da Secretaria da Cultura, e dá providências correlatas

MÁRCIO FRANÇA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Passa a denominar-se Museu da Diversidade Sexual, integrando a área de Preservação do Patrimônio Museológico, o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, equipamento cultural da área de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura, criado, na Secretaria da Cultura, pelo artigo 1º do Decreto nº 58.075, de 25 de maio de 2012.

Artigo 2º - Fica acrescentada ao inciso II do artigo 71 do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, com nova redação dada pelo inciso II do artigo 2º do Decreto nº 51.916, de 20 de junho de 2007, alterado pelo inciso I do artigo 2º do Decreto nº 56.568, de 22 de dezembro de 2010, a alínea "p", com a seguinte redação:

⁵⁴ Decreto nº 63.375, 4 de maio de 2018. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dq280202.nsf/5aeda0f13cd3be5f83256c1e00423b1d/1c0ee705fa24c4e58325828600461945?OpenDocument>. Acesso: 27 set. 2022.

“p) Museu da Diversidade Sexual;”.

Artigo 3º - O artigo 93-B do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, acrescentado pelo inciso II do artigo 2º do Decreto nº 58.075, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 93-B - O Museu da Diversidade Sexual tem por missão preservar o patrimônio sócio, político e cultural da comunidade LGBT brasileira, por meio da pesquisa, salvaguarda e comunicação de referências materiais e imateriais, com vista à valorização e visibilidade da diversidade sexual, contribuindo para a educação e promoção da cidadania plena e de uma cultura em direitos humanos.

Parágrafo único - Para fins de perfeita execução do previsto neste artigo, o Museu da Diversidade Sexual tem as seguintes atribuições:

1. formação de acervo, divulgação e publicação de documentos, estudos, relatos, depoimentos e outros materiais referentes à memória e à história política, econômica, social e cultural da comunidade LGBT no Brasil;
2. promoção e apoio a eventos culturais, cursos, conferências, palestras e pesquisas, com o objetivo de promover e divulgar a produção cultural relacionada com a diversidade sexual.”. (NR)

Artigo 4º - Fica excluída do inciso I do artigo 71 do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, com nova redação dada pelo inciso II do artigo 2º do Decreto nº 51.916, de 20 de junho de 2007, a alínea “j” acrescentada pelo Decreto nº 58.075, de 25 de maio de 2012.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o inciso I do artigo 2º do Decreto nº 58.075, de 25 de maio de 2012.

Apesar da publicação de um decreto, o MDS só foi incorporado na Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico – UPPM, departamento responsável pelos Museus do Estado de São Paulo, em 2021, após pressão da sociedade civil que, por diversas vezes, solicitou reunião com o então Secretário de Cultura e Economia Criativa, tendo sido atendida apenas uma única vez, quando foi lançado um edital para a gestão do espaço.

O histórico da dificuldade da sua implementação, institucionalização e incorporação pela Secretaria de Cultura reforça a compreensão de como a sociedade e o estado de São Paulo ainda são refratários ao tema da diversidade e à ocupação de espaços que, até hoje, é realizada por grupos hegemônicos diversos, excluídos os minoritários. Estes processos ainda são pautados pela disputa e nunca são imunes às discriminações praticadas de forma explícita ou velada, ambas nocivas e responsáveis pela consequente violência sofrida por essas comunidades no dia a dia.

O MDS abriu suas portas em 08 de junho de 2012. Para muitas pessoas, principalmente a comunidade LGBT+, a inauguração do espaço representou uma

conquista. A sua localização, dentro de uma das estações mais movimentadas do metrô, garantia-lhe uma grande visibilidade. Essa atenção, porém, transformou-o também em alvo e, assim, começou a sofrer ataques LGBTfóbicos. A mesma discriminação sofrida pelas pessoas LGBTQ+ passou a fazer parte da rotina do Museu. O MDS registrava constantemente pichações e ofensas em suas paredes, também era comum que pessoas passassem xingando, chutando e até dando “voadoras” nos vidros. Esses fatos estão documentados em imagens e Boletins de Ocorrência feitos pela instituição e pela Secretaria de Cultura.

O Museu da Diversidade Sexual se transformou em um corpo estranho e incômodo no coração da cidade. Para uma sociedade pautada na heteronormatividade, a sua presença foi considerada uma afronta e despertou todo tipo de reação, que foi desde questionamentos sobre sua existência e necessidade quanto às tentativas de fechamento do espaço, o que abordarei com mais profundidade adiante. Por exemplo, a arte, retratada na Figura 1 abaixo, que se encontrava na parte exterior do Museu da Diversidade Sexual, foi objeto de ato LGBTfóbico, como veremos a seguir.

Figura 1 - Imagem da arte na parede externa do MDS.



Fonte: acervo pessoal do autor

Esta imagem sofreu uma vandalização que teve por finalidade não o mero ato de degradar a imagem, mas também de deixar uma mensagem LGBTfóbica, pois, na área dos genitais do homem retratado de forma artística, foi pichada a palavra “satanás”, como se vê na Figura 2 abaixo, o que foi um claro recado de que o que se refere ao universo LGBT+ não é visto de forma positiva, mas sim como algo “demoníaco”, pernicioso, maléfico.

Figura 2 - Detalhe da arte da figura 1 depois da vandalização sofrida.



Fonte: acervo pessoal do autor

Por estar obrigatoriamente no caminho de muita gente, ele impõe um contato, muitas vezes involuntário, com o tema da diversidade sexual. A percepção dessa comunicação potente faz com que o Museu passe a utilizar as paredes externas como prolongamento de seu espaço expositivo e forma de ampliar seu alcance.

A estratégia, em um primeiro momento, passou a incluir uma roupagem visual diferente para o Museu a cada nova exposição. Para quem frequentava os corredores da estação, o espaço se transformava a cada temporada. Imagens ampliadas, com mais de 3 metros de altura, relacionadas à exposição do momento, eram impressas, plotadas e cobriam todas as paredes externas do Museu. O MDS se aproveitou, assim, da passagem de milhares de pessoas para potencializar a sua comunicação e estabelecer uma relação com os usuários do transporte público, formado por pessoas tão diversas como a própria diversidade sexual.

O material apresentava conceitos de diversidade sexual, arte, cidadania e direitos humanos que eram, desta forma, incluídos no percurso das pessoas que por ali passavam. Esse processo se aprimorou e sua evolução construiu outras possibilidades, como a colocação de blocos, com folhas serrilhadas, com textos de Caio Fernando Abreu que as pessoas podiam levar consigo ao passar pelo Museu, seja no caminho do trabalho ou na volta para casa. A impressão da Declaração dos Direitos Humanos procurou ampliar sua divulgação para uma população com pouco ou nenhum conhecimento sobre ela. Ocorreram ainda projetos educativos, como a linha do tempo da historicidade das pessoas LGBTQ+ no Brasil, através de quadrinhos feitos pela cartunista Laerte para a exposição *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan.

Além das paredes, o MDS incorporou também as enormes vitrines de vidro de sua fachada, que se transformaram em uma espécie de tela de cinema, mostrando apresentações e performances e funcionando, assim, como uma “janela indiscreta” para o que acontecia dentro do Museu. Um exemplo eram as aglomerações para ver os ensaios do Coral LGBTQ que aconteciam no Museu. A estratégia de assumir suas limitações físicas e ampliar suas ações museológicas incorporando todos os espaços disponíveis, além do espaço expositivo tradicional, foi uma das características mais marcantes do equipamento.

No 6º Congresso Internacional Educação e Acessibilidade em Museus e Patrimônio, realizado em 2019, em São Paulo, em parceria com a Silvana Gimenes, que trabalhou na Secretaria de Cultura à época da criação do museu, explicitamos a forma com que o museu se apresentou para a sociedade:

O fato do Museu da Diversidade Sexual estar localizado em um espaço dentro da Estação República do Metrô, não possuir nenhum tipo de barreira, como as catracas, tão comuns nesses espaços e ser gratuito, imprime a ele um caráter acessível, inclusivo e rompe a lógica de que a construção física do espaço, por si só, deva ser compreendida como patrimônio e local de contemplação, o que por vezes o torna inacessível ao público, seja pela grandeza arquitetônica, pela falta de acessibilidade ou mesmo o local que se encontra.

O Livre acesso ao conteúdo, que destoa dessa lógica mais clássica de Museu, com as paredes e as vitrines de vidro do MDS que muitas vezes são utilizadas como parte da exposição, acabam conectando os usuários e

passantes da estação, incluindo-os e garantindo o acesso a um maior número de pessoas.

O espaço aberto e visível derruba esse caráter erudito que permeia o imaginário popular, tornando o ambiente sem mistérios e mais acolhedor, tendo também plano sem barreiras, como escadas, portas giratórias, catracas, já que é um espaço entendido como público e seguro e facilita a entrada de diferentes públicos.

Tudo isso aliado a um terceiro elemento que é a gratuidade de suas ações, contribuindo para a garantia do acesso a todo tipo de público de diferentes classes sociais. É corriqueiro o Museu se deparar com pessoas que estão visitando um museu pela primeira vez. (GIMENES, REINAUDO, 2021, p. 69)

A construção participativa e a presença da comunidade LGBTQ+, que deu forma ao museu, impactou no desenvolvimento dos programas educativos do MDS. Entendido como o coração desse corpo, o núcleo de educação teve papel fundamental não só na mediação das exposições, como também na construção de estratégias para a abordagem de temas sensíveis ligados à diversidade sexual. Logo se compreendeu que não era possível utilizar uma linguagem ou forma única. Explicações de conceitos como orientação sexual, identidade de gênero, intersexualidade ou LGBTQfobia, por exemplo, precisaram ser customizados para diferentes faixas etárias, lugares sociais e experiências de vida.

O acolhimento, a escuta e a troca sempre foram premissas nestes processos, baseados – e em contraponto à – na sensação de exclusão compartilhada por toda a comunidade LGBTQ+. O eixo dos programas educativos sempre foi a sensibilização. Esse processo tinha como objetivo colocar o outro no lugar de uma pessoa LGBTQ+ e compartilhar sua vivência, buscando muitas vezes intersecções com o racismo, a xenofobia e o machismo. Não à toa, as exposições do Museu tinham um cuidado em incluir diferentes grupos discriminados pela sociedade além da população LGBTQ+.

Os primeiros anos do museu foram marcados pela sua estruturação e adequação de seu espaço expositivo no metrô. Em 2012, a exposição “Homofobia fora de moda” e, em 2013, “O T da Questão” representaram as primeiras experiências de uma museologia voltada para as questões ligadas às sexualidades dissidentes no país, a população LGBTQ+ ganhava finalmente um espaço cultural de representatividade. No mesmo ano, a loja no metrô que abriga o Museu passou por uma série de adaptações para se transformar, de fato, em um espaço expositivo,

sendo implementados projetos de iluminação, acessibilidade física, climatização e segurança.

Em 30 de maio, o museu foi reinaugurado com a exposição “Crisálidas”, com fotografias de Madalena Schwartz em parceria com o Instituto Moreira Salles. O evento contou com a presença do Governador do Estado de São Paulo e quatro Secretários na sua abertura. A exposição ficou em cartaz até setembro 2013 e foi visitada por mais de 15 mil pessoas.

Em 4 de maio de 2014, durante a coletiva de imprensa da 17ª Parada LGBTQ+ de São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin anunciou que o Governo do Estado cederia o Palacete Franco de Mello, localizado na Av. Paulista, 1919, para abrigar a nova sede do MDS. A declaração causou alvoroço na comunidade LGBTQ+, que finalmente teria um espaço digno, em um lugar emblemático como a Av. Paulista, onde acontece a maior Parada LGBTQ+ do mundo, para abrigar suas histórias e memórias.

O Museu se preparou para uma nova fase. A Secretaria de Cultura promoveu um concurso através do programa de incentivo à cultura do Governo do Estado de São Paulo (ProAC) para restauro do Palacete Franco de Mello e para abrigar as novas instalações do Museu da Diversidade Sexual. Também constituiu um grupo de trabalho para a elaboração do seu Plano Museológico, liderado pelas museólogas Cristina Bruno e Katia Felipini e consultoria do escritor e ativista João Silvério Trevisan. Na sua apresentação pública, o Plano já estabelecia as diretrizes de sua formulação, a diversidade e a participação⁵⁵.

Este documento corresponde ao plano museológico do Museu da Diversidade Sexual, elaborado durante o período de 2015 a 2016, de forma interdisciplinar e multiprofissional, que contou com a participação da coordenação e dos profissionais do Museu e da Secretaria de Estado da Cultura, como também de consultorias especializadas.

O conceito gerador museológico do Plano Museológico (MDS) estabelece que:

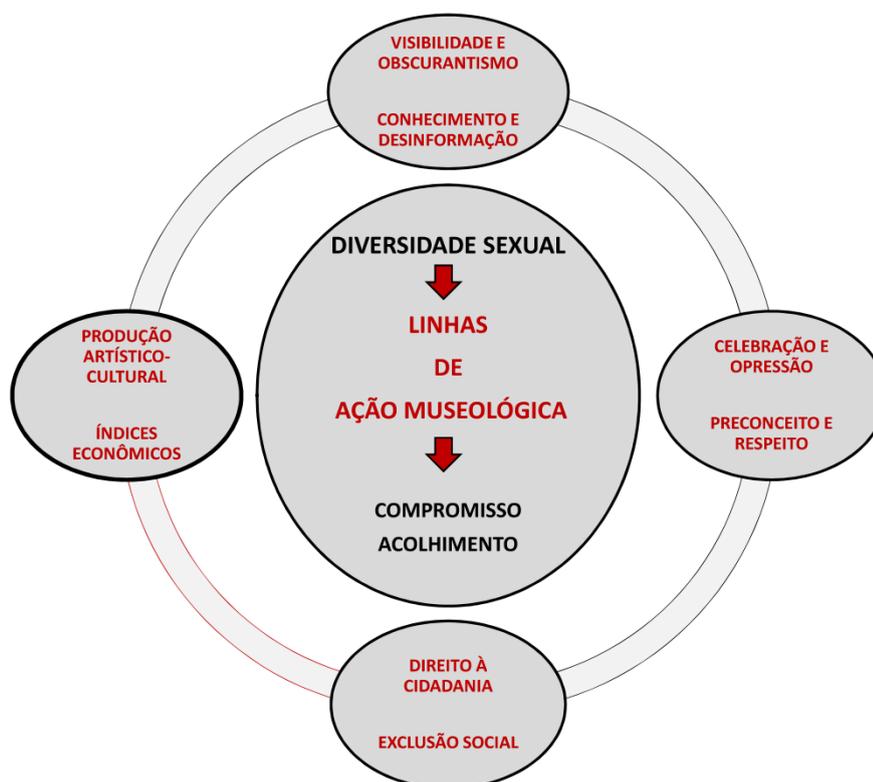
⁵⁵ O Plano Museológico do Museu da Diversidade Sexual, apesar de ter sido apresentado publicamente, nunca teve seu texto publicado.

A herança patrimonial da Diversidade Sexual, identificada na contemporaneidade, é o resultado da construção histórica permeada por idiosincrasias e/ou reciprocidades entre:

- a visibilidade e o obscurantismo; o conhecimento e a desinformação;
- a celebração e a opressão; o preconceito e o respeito;
- o direito à cidadania e a exclusão sociocultural;
- a produção artístico-cultural e os índices econômicos

Essa formulação importante sintetizou os processos sociais, culturais e históricos que impactam na percepção e relação que a sociedade estabelece com as sexualidades dissidentes ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos e sociais. Também foi fundamental para que o MDS estabelecesse suas estratégias de atuação. A compreensão da existência dessa dicotomia na relação entre as pessoas LGBTQ+ e seu espaço social se repetiu na existência do Museu da Diversidade Sexual, no contexto do espaço urbano que ocupa, impondo também uma responsabilidade social ao equipamento em relação às pessoas LGBTQ+, que são a razão de sua existência. Para o MDS, as ações sociais e o ativismo não são escolhas, mas são incorporadas nas suas rotinas, estão presentes no seu DNA.

Figura 3 – Diagrama do Plano Museológico do Museu da Diversidade Sexual



Fonte: Plano Museológico do Museu da Diversidade Sexual

Como o diagrama acima mostra, o compromisso com o acolhimento é central na estrutura do Conceito Gerador e das Linhas de Ação Museológica. Esses conceitos também serviram para selecionar, no edital ProAC Nº 13/2014, o projeto do escritório Hereñu+Ferroni Arquitetos para a nova sede do Museu da Diversidade Sexual na Av. Paulista. Assim o projeto respeitaria a arquitetura existente, a história, a vegetação e seu entorno, como descrito na sua proposta.

As novas instalações do Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo serão oportunamente implantadas junto a um eixo urbano amplamente consolidado do ponto de vista urbanístico e extremamente significativo nos âmbitos da política e da cultura brasileiras.

No mesmo endereço onde se concentra a Parada do Orgulho LGBT, um dos maiores eventos do gênero no mundo, o Centro deverá se inserir como um marco permanente de diálogo e desenvolvimento do conhecimento, da política e da cidadania.

O objetivo fundamental de reforçar a construção de uma sociedade pautada pelas noções de respeito e de tolerância à diversidade sexual deve se expressar também na concepção das novas instalações. Respeito pela história do lugar, pela edificação existente, pela significativa arborização, pelos elementos do entorno e pelo caráter público da avenida.

uma estratégia de recuperação e valorização da residência construída pela família Franco de Melo, da preservação da vegetação de grande porte existente e do desenho cuidadoso dos espaços públicos no nível térreo.⁵⁶

Estava tudo pronto, só faltava a resolução da Justiça em relação a uma pendência de valores em relação à desapropriação do imóvel. Este fato foi fatal para a continuidade do projeto e teve consequências graves na vida e fortalecimento do Museu, como veremos a seguir.

3.1 Das disputas políticas que envolveram o Museu da Diversidade Sexual

No novo cenário político que o país vive, com uma escalada conservadora, essa potencialidade de protagonismo e visibilidade do MDS, a partir da construção de sua nova sede na Avenida Paulista, causou desconforto e disputas políticas entre grupos que defendem os direitos humanos e reacionários extremistas que, sob o ideário da

⁵⁶ Museu da Diversidade Sexual. Disponível em: <https://www.hf.arq.br/projeto/museu-da-diversidade-sexual/>. Acesso: 27 set. 2022.

moral cristã, atacam a diversidade sexual. Em 2018, a exposição “Todos Podem ser Frida” do MDS que abria o Festival Literário de Votuporanga foi censurada⁵⁷ pelo prefeito, sob o argumento de promoção de “ideologia de gênero” (sic). No ano anterior, a exposição Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, foi cancelada pelo Espaço Santander Cultural de Porto Alegre, após uma série de protestos nas redes sociais que invocavam questões de ordem moral e supostos ataques a símbolos religiosos que estariam sendo promovidos pelas obras da mostra, ou seja, outra tentativa de demonizar as pessoas LGBTQ+.

Em 2018, João Dória foi eleito “surfando” nessa onda conservadora, que tinha como protagonista o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Junto com seu novo Secretário de Cultura, Sérgio Sá Leitão, iniciaram uma virada na política cultural do estado e promoveram um desmonte das políticas afirmativas e de inclusão, como os editais do Programa de Ação Cultural, mais conhecidos como PROAC. Em vez de uma linha de fomento específica, como antes, para a cultura LGBTQ+, foi publicado, em 2018, o “Edital de Incentivo ao Desenvolvimento da Cultura Popular, Tradicional, Urbana, Negra, Indígena e **Plural** no Estado de São Paulo” (grifo nosso). O plural do título, segundo a Secretaria seria uma forma “mais inclusiva” de abrigar todas as outras comunidades, ainda que às custas do apagamento da existência LGBTQ+ no edital.

Diferentemente do Governo Federal, que de forma aberta e descarada, foi desconstruindo ferramentas de inclusão, o Governo do Estado de São Paulo agiu de forma velada, o que impossibilitou uma reação mais contundente dos grupos atingidos, como a população LGBTQ+. O discurso era amparado na lógica equivocada da igualdade de oportunidades, confundida com equidade. Mas o próprio título do edital confirmava uma nítida exclusão da população LGBTQ+. Neste período, a nova gestão da Organização Social que administrou o MDS não garantiu ao equipamento condições mínimas administrativas e segurança, chegando a colocar em risco seu acervo, como é possível aferir em parte do relatório elaborado,

⁵⁷ Matéria do jornal Folha de São Paulo sobre a censura da exposição Todos Podem Ser Frida do MDS. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/09/mostra-todos-podem-ser-frida-nao-tem-abertura-autorizada-em-votuporanga.shtml> . Acesso: 20 set. 2022.

por técnicos da Secretaria de Cultura, no Instrumento de Qualificação Cadastral do Sistema Estadual de Museus – SISEM, para o ingresso do Museu da Diversidade Sexual no sistema.

O estado de São Paulo, que sempre foi uma referência no tema, retrocedeu e a comunidade se mobilizou para impedir o pior. Ações e declarações do governador Dória se sintonizaram com narrativas preconceituosas proferidas pelos membros do Governo Federal. Ao censurar material escolar que continha um texto que tratava sobre sexualidade e identidade de gênero, o governador escreveu, em 3 de setembro de 2019, em seu perfil oficial na rede social Twitter:

Fomos alertados de um erro inaceitável no material escolar dos alunos do 8º ano da rede estadual. Solicitei ao Secretário de Educação o imediato recolhimento do material e apuração dos responsáveis. Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero.

Figura 4 – mensagem do então governador João Dória



Fonte: Perfil oficial do ex-governador João Dória no Twitter⁵⁸

O Museu da Diversidade Sexual não foi poupado. A primeira ação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa foi a mudança em relação à cessão do Palacete Franco de Mello, na Avenida Paulista. Em 23 de novembro de 2019, o então governador

⁵⁸ Perfil oficial do ex-governador de São Paulo na rede social Twitter. Disponível em: https://twitter.com/jdoriajr/status/1168866707349364736?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwembed%7Ctwtterm%5E1168866707349364736%7Ctwgr%5Ea8452b8addb244a4fa9eecd5a91fc41b3dffe238%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.cartacapital.com.br%2Feducacao%2Fdoria-vai-recolher-material-didatico-de-escolas-por-ideologia-de-genero%2F. Acesso em: 26 set. 2022

João Dória anunciou à mídia que havia cedido o Casarão Franco de Mello, anteriormente prometido ao MDS, à Confederação Nacional da Indústria (CNI), por 35 anos, para a instalação de um museu interativo nos moldes do Exploratorium, um laboratório público de tecnologia localizado em São Francisco, nos Estados Unidos. Tal notícia foi um inesperado golpe na população LGBTQ+, que esperava pela inauguração da nova sede do MDS na Avenida Paulista, uma vez que não houve nenhuma consulta à sociedade civil, nenhum edital público, mas apenas uma decisão arbitrária.

No dia 21 de julho de 2021, quase dois anos após esse anúncio e a desistência da CNI de ocupar o espaço, o governador João Dória e seu Secretário de Cultura anunciaram a abertura de uma chamada pública para transformar o mesmo espaço em um museu dedicado à gastronomia, agora com a previsão de concessão à iniciativa privada do palacete Joaquim Franco de Mello, também por 35 anos, em uma tentativa vã e unilateral de concluir um longo processo de disputas e tentativas de dar uma destinação ao imóvel tombado, que vem se deteriorando desde que passou para propriedade da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Mais uma vez a diversidade sexual foi ignorada.

Vale ressaltar que no início da gestão Dória, o jornalista Cesar Giobbi pediu audiência ao governador, seu amigo pessoal, para tratar do MDS, que direcionou a conversa para o Secretário da Cultura, Sérgio Sá Leitão. Uma comissão formada pela museóloga Cristina Bruno, por Renata Mota (do ICOM), pelo escritor João Silvério Trevisan, pelos jornalistas Cesar Giobbi e Paulo Mortari e pelo arquiteto Pablo Hereñu, reuniu-se para apresentar o projeto da nova sede do MDS na Av. Paulista e explicar a relevância de mantê-lo no Palacete Franco de Mello. Eu participei desse encontro como então diretor do MDS. A resposta do secretário foi que abriria um edital público para a ocupação do espaço e que o Museu poderia concorrer, caso quisesse. Entretanto esse edital nunca aconteceu, como pode ser comprovado pelas notícias da época.

Do anúncio feito em 2014 pelo então governador Geraldo Alckmin, durante a abertura da Parada do Orgulho LGBTQ+ daquele ano de que o local abrigaria o Museu da Diversidade Sexual, restou apenas a memória. A desculpa da nova gestão

sempre foi justificada pela falta de recursos para o restauro do casarão e manutenção do MDS, ocultando a informação de que uma série de empresas já haviam sinalizado interesse em patrocinar o projeto.

Em 05 outubro de 2021, com pouco mais de dois meses do anúncio de cessão para o Museu da Gastronomia, o secretário Sérgio Sá Leitão publicou a Resolução SC nº 047/2021, que abriu chamamento público para organizações interessadas na gestão do Museu da Diversidade Sexual, com um orçamento aproximado de 30 milhões de reais, mas mantendo o equipamento no mesmo local, o piso Mezanino da Estação República da Companhia do Metropolitano de São Paulo, negando mais uma vez a Avenida Paulista à população LGBTQ+. O que conseguiu o governo paulista com este ato? Estimular as “fakes news”, com a manifestação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), na sua rede social do Twitter, afirmando:

João Doria destina R\$ 40 MILHÕES do povo paulista para bancar museu gay. Dinheiro irá para ampliação do Museu da Diversidade Sexual, criado em 2012 pelo também tucano Alckmin. Além disso, a verba também será utilizada na criação dos museus da Cultura Indígena e das Favelas

Figura 5 - mensagem do deputado Eduardo Bolsonaro



Fonte: Twitter oficial do deputado Eduardo Bolsonaro reproduzida pelo portal Poder 360⁵⁹

A notícia repercutiu em várias mídias, com manchetes sensacionalistas, como: *Eduardo Bolsonaro ataca Doria sobre Museu da Diversidade: “R\$ 40 milhões para bancar museu gay”⁶⁰* e *“João Doria destina R\$ 40 MILHÕES do povo paulista para bancar museu gay”, afirmou o filho do presidente Jair Bolsonaro no Twitter⁶¹*. Desta matéria, foi destacada ainda uma fala de Doria durante o anúncio:

Aqui a Cultura é tratada com seriedade e respeito. O Governo de SP vai investir R\$ 40 milhões na ampliação do Museu da Diversidade e na criação de dois novos museus para entrega em 2022. O Museu da Diversidade será

⁵⁹ Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/eduardo-bolsonaro-critica-doria-por-investimento-em-museu-gay/>. Acesso: 26 set. 2022.

⁶⁰ Yahoo Notícias. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/eduardo-bolsonaro-ataca-doria-sobre-museu-da-diversidade-r-40-milhoes-para-bancar-museu-gay-193951286.html?guccounter=1>. Acesso: 26 set. 2022.

⁶¹ Yahoo Notícias: fonte: https://br.noticias.yahoo.com/eduardo-bolsonaro-ataca-doria-sobre-museu-da-diversidade-r-40-milhoes-para-bancar-museu-gay-193951286.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAANDSgqLhOckx7r3uk-fAVy-dNZosPtgBzaP7pgeec4g7yp2A_6hLGKEaiuWEx9NBiCVYFKUDclkwvPNEtjqhthxgj6lj0rnbUrhXL2N0C6unJwhKIYAfl89Kmq2qrKuPJc6fdA2LwkSuEbBZg5umFW6boC7L8fkclbPW07w6NCyN

ampliado, modernizado e receberá novos equipamentos, ampliando o potencial de frequência e os valores de legitimidade daquilo que representa o museu, que se destina a **todos**, e não apenas à comunidade LGBTQI+. Ele enfatiza o respeito à diversidade e a inclusão deste segmento na nossa sociedade, afirmou o governador (Grifo nosso)

Ao nos debruçarmos sobre mais um anúncio do governador Dória, veremos que, o Museu das Culturas Indígenas já está em funcionamento e recebeu um prédio do Governo do Estado localizado na Rua Dona Germaine Burchard, 451 – Água Branca, São Paulo⁶². Já o Museu das Favelas recebeu como sede o Palácio dos Campos Elísios, no Centro de São Paulo, antiga sede do governo do estado, com uma área total 8.208m² e inauguração prevista para o segundo semestre de 2022 – setembro⁶³.

3.2 Convocação Pública para Gestão do Museu da Diversidade Sexual

A princípio uma convocação pública é uma ferramenta de controle e transparência para a sociedade e concordamos com isso. Porém, quando a gestão pública utiliza esse processo para evitar a autonomia, a plena participação, o poder de decisão, o monitoramento dos gastos pelas comunidades afetadas pela política pública, isso chega a ser temerário, principalmente quando se trata de populações como a LGBTQ+, que é reiteradamente excluída de espaços públicos e sofre violência sistêmica diuturnamente. A própria construção desses mecanismos é excludente e beneficia determinados grupos que conseguem, por exemplo, passar pelo processo burocrático, custoso e demorado de qualificação como Organização Social de Cultura, para participar de chamamentos e editais e assumir a gestão de programas, equipamentos e corpos estáveis do Governo do Estado, limitando as possibilidades e restringindo a concorrência. Não à toa, somente 17 Organizações Sociais são responsáveis por gerenciar grande parte do orçamento destinado à área de cultura⁶⁴. O edital publicado para a gestão do Museu já eliminou de partida inúmeras organizações e coletivos LGBTQ+ que poderiam, pela sua representatividade, concorrer e assumir a gestão do equipamento. As falhas do processo são ainda mais graves quando se analisam os critérios de pontuação que favorecem entidades que possuem “experiência em gestão de equipamentos correlatos”, comprovem um

⁶² fonte: <https://www.acamporinari.org/institucional/gestao-atual/museu-das-culturas-indigenas/>.

⁶³ fonte: <https://idg.org.br/pt-br/Museu-das-Favelas>

⁶⁴ Disponível em: <https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacoes-sociais-de-cultura/os-qualificadas/> Acesso: 10 set. 2022.

portfólio de atuação em museologia, mas não valoriza aspectos relacionados à sua experiência em relação à temática do equipamento.

Um exemplo explícito é o Art. 4º, inciso II, do CONJUNTO 2 – Proposta Técnica e Orçamentária - DOS DOCUMENTOS, da Resolução SC nº 047/2021, de 05 de outubro de 2021, que dispôs “sobre a realização de Convocação Pública a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual no 846, de 04 de junho de 1998”, que previu:

c) Portfólio de realizações da entidade, que demonstre sua experiência técnica em gestão nas áreas afins ao objeto cultural de interesse e sua atuação na área cultural de, no mínimo, 03 (três) anos, contendo expressamente o elenco de projetos aprovados e captados por meio de leis de incentivo e/ou de outras fontes de financiamento, em ordem cronológica, devidamente especificados, com indicação dos montantes de recursos captados, dos patrocinadores ou financiadores e das ações realizadas (grifos nossos) ⁶⁵.

Tal exigência não levou em consideração a realidade da maioria das organizações não-governamentais LGBTQ+ que, pela temática, possuem real dificuldade de patrocínio e/ou apoio, impedindo, por si só, a concorrência de uma série de organizações sociais. Vejamos o exemplo da Associação da Parada do Orgulho LGBTQ de São Paulo – APOGLBT/SP, que realiza o maior evento do gênero no mundo desde 1997, tendo levado para a Avenida Paulista, em diversas edições da Parada, mais de 3 milhões de pessoas e que conseguiu apoio de grandes marcas somente a partir de 2018, com a aprovação do projeto de fomento via incentivo fiscal junto ao ProAC ICMS. O cenário piora, tornando-se mais restritivo ainda, ao se estabelecer um período mínimo de 3 anos de experiência técnica em gestão na área fim, ou seja, museu. Num país cujo número de museus é diminuto e que não possui sequer um Ministério da Cultura, a exigência e o tempo mínimo são, por conseguinte, seletivos.

Ao exigir uma lista de projetos aprovados e captados por meio de leis de incentivo, sem avaliar a situação real da maioria das entidades do terceiro setor que atuam

⁶⁵ Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Disponível em: <https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/convocacoes-publicas-oss/> Acesso: 27 set. 2022.

com a população LGBTQ+, novamente a Secretaria exclui uma grande parcela de grupos LGBTQ+, privilegiando entidades gestadas do ponto de vista heteronormativo e cisgênero. Tanto que a própria Secretaria não possui um levantamento a respeito da quantidade de projetos voltados à temática LGBTQ+ aprovados junto ao ProAC ICMS e que tenham conseguido captar. Assim como exigir a "indicação dos montantes de recursos captados, dos patrocinadores ou financiadores e das ações realizadas" barra a participação de novas organizações sociais.

Outro exemplo que corrobora com a desqualificação de um conhecimento específico em relação à diversidade sexual foi o resultado do Chamamento Público que privilegiou, através dos Pareceres Técnicos das Unidades de Monitoramento e de Preservação do Patrimônio Museológico, uma organização social de cultura sem nenhum vínculo com a comunidade LGBTQ+, levando em consideração apenas a experiência administrativa para selecionar, como entidade vencedora, o Instituto Odeon, mas não se levou em conta a sua (falta de) qualificação em relação à cultura e direitos LGBTQ+. Esse fato teve consequências gravíssimas, como o total apagamento dos 10 (dez) anos de existência do Museu da Diversidade Sexual.

Pior ainda é a total falta de comprometimento, por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, com um equipamento tão caro à comunidade LGBTQ+. A seleção de uma organização social com problemas de prestação de contas, em outro contrato de gestão, levou ao fechamento do Museu por mais de 3 (três) meses em razão do processo judicial em curso, baseado no fato de a Organização escolhida, Instituto Odeon, apresentar problemas na administração de recursos públicos durante sua gestão do Theatro Municipal de São Paulo.

O corporativismo também se faz presente, através do Art. 10º da Resolução, que prevê a seleção de uma Organização Social de Cultura qualificada na área de museologia, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 43.493/1998,⁶⁶ com alterações posteriores, reconhecendo e valorando apenas entidades com experiência e conhecimento na área museológica, não valorizando em momento

⁶⁶ Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Disponível em: <https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/convocacoes-publicas-oss/> Acesso: 27 set. 2022.

algum a expertise em relação a população LGBTQ+, sua memória, sua história e sua cultura, bem como a rede de relação estabelecida junto à comunidade.

Este fato se torna gravíssimo quando se trata de um equipamento específico, dedicado a um público específico e com demandas muito particulares, como a compreensão das orientações sexuais e/ou identidades de gênero dissidentes. Esse corporativismo apresenta nova barreira à seleção da organização social a vencer o certame, dificultando o acesso de outras também qualificadas como organização social de cultura em outras áreas, que não a museológica, para um equipamento que deveria ter, como seu cerne, a participação social da comunidade que representa.

O resultado desta decisão da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico é que, por decisão judicial da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, na qual tramita o Processo 1078082-34.2021.8.26.0053, de Ação Popular (de 17/12/2021) houve o deferimento de liminar para suspensão do Contrato de Gestão nº 05/2022, firmado entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e o Instituto Odeon – Organização Social de Cultura. Pendente de julgamento de mérito, mas com indeferimento dos recursos de Agravo de Instrumento apresentados pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo Instituto Odeon – Organização Social de Cultura, Processos AI: 2086059-88.2022.8.26.0000 e AI: 2100933-78.2022.8.26.0000, com pedido de efeito suspensivo da liminar concedida.

Em 28 de julho de 2022, sob a alegação de que:

Face o fechamento do Museu Diversidade Sexual em 29/04/2022, resta clara a necessidade de reabertura do equipamento para a continuidade das ações para preservação, pesquisa e difusão do patrimônio cultural e museológico da população LGBTQIAPD+, em favor do direito à memória e à diversidade cultural, realização das ações de salvaguarda, bem como na ampliação do escopo de programação e atividades desenvolvidas junto aos públicos e o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e/ou fragilizada social, cultural, psicológica e economicamente, ações de alta relevância social.⁶⁷

⁶⁷ Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Disponível em: <https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/convocacoes-publicas-oss/> Acesso: 27 set. 2022.

o secretário Sergio Sá Leitão publicou a Resolução SC Nº 035/2022, que dispôs “sobre a realização de Convocação Pública a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 846, de 04 de junho de 1998”.

Na resolução, a Secretaria reconhece que:

[...]considerando que a Pasta adota desde 2004 o modelo de gerenciamento dos equipamentos culturais por meio de Organizações Sociais de Cultura, demonstrando a impossibilidade da Secretaria assumir a gestão direta do Museu da Diversidade Sexual, não possuindo recursos humanos suficientes à assunção da gestão direta, tampouco equipe técnica especializada mínima necessária. (Grifos nossos)

Porém omite que a Resolução impõe um exíguo prazo de 10 (dez) dias corridos para apresentação de uma proposta de gestão do equipamento. Com qual qualidade uma organização social redige uma proposta em tal prazo, ainda mais levando-se em conta a justificativa da própria secretaria: “preservação, pesquisa e difusão do patrimônio cultural e museológico da população LGBTQIAPD+, em favor do direito à memória e à diversidade cultural, realização das ações de salvaguarda, bem como na ampliação do escopo de programação e atividades desenvolvidas”? Esse processo, porém, foi extinto a partir da reabertura do Museu em setembro de 2022.

Agora, após os revezes da seleção do Instituto Odeon para a gestão do MDS, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa conseguiu derrubar a liminar que suspendia o contrato, reabrindo o Museu da Diversidade Sexual. O fechamento, porém, trouxe alguns estragos, como o fato de os 10 anos de existência do museu terem passado sem nenhuma lembrança ou menção. A reabertura do Museu foi marcada por uma exposição que não constava da proposta da OS no Chamamento Público ao qual a atual entidade gestora concorreu e venceu. Por todo esse processo pré e pós Chamamento Público, a legitimidade como espaço de referência para a população LGBTQ+ restou comprometida, com a latente falta de participação social nos processos colaborativos, outrora marca registrada do Museu.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Eu percebo que há um interesse muito grande em paternar esses grupos, em maternar esses grupos, mas não há um interesse em garantir a emancipação, no sentido de que esses indivíduos, essas pessoas sejam sujeitas de suas próprias histórias [...] (MALUNGUINHO, 2022)

Em entrevista para a Revista Carta Capital, em 25 de agosto de 2022, a deputada trans Erika Malunguinho sintetiza como o sistema passa a atuar para manipular e controlar grupos e comunidades dissidentes, como as pessoas LGBTQ+. Do processo de obstaculizar até o aparelhamento, são táticas comuns utilizadas para impossibilitar a autonomia, no caso do Museu da Diversidade Sexual, das pessoas LGBTQ+

Foi um longo caminho até a comunidade LGBTQ+ brasileira conquistar o Museu da Diversidade Sexual, espaço para a salvaguarda de sua memória e de sua história. Caminho esse construído através da mobilização da própria comunidade, que sempre esteve presente nos processos museológicos do MDS. Da escolha do pequeno espaço no piso Mezanino da Estação República do Metrô de São Paulo até o anúncio uma sede em plena Avenida Paulista, que nunca se concretizou, foram muitos os embates políticos e ideológicos pelos quais o MDS passou.

Em 2012, no seu início, o Centro de Cultura e Memória foi criado junto à Unidade de Fomento à Cultura - UFC, por não ser reconhecido como espaço museológico vinculado à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM. Essa foi sua primeira batalha.

Outra batalha travada foi pela autonomia orçamentária do Museu da Diversidade Sexual, que iniciou suas atividades com poucos 40 mil reais anuais de orçamento, valor que mal cobria os recursos humanos do MDS na época. O aumento orçamentário foi feito através do convencimento político da importância do equipamento junto às várias áreas da Secretaria da Cultura, com a intervenção de ativistas e grupos LGBTQ+. Apesar do reconhecimento internacional e de atingir um grande contingente de público nas ações online, durante a pandemia do Covid-19,

com ações e exposições virtuais, como comprova a matéria da revista *Veja*⁶⁸, até o final de 2021 o orçamento e as condições de trabalho do MDS estavam muito abaixo de qualquer outro museu da Secretaria.

Importante pontuar que, até 2019, o museu possuía um reconhecimento do poder público. Em todo evento importante ou exposição até aquele ano, estiveram presentes os titulares da Secretaria de Cultura, seus representantes e diretores da Organização Social que administrava o Museu. O então governador Geraldo Alckmin visitava o Museu em diversos momentos, principalmente na Semana da Diversidade, promovida anualmente pela Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Todos os secretários de Cultura visitaram o espaço, sendo a única exceção o secretário Sérgio Sá Leitão, que só esteve presente no penúltimo ano de sua gestão, com o museu fechado devido à pandemia do Covid-19, para anunciar a sua reforma. Na gestão Dória, as autoridades sumiram: não estiveram presentes em nenhuma abertura de exposição nem o governador, nem o secretário e nem ao menos a nova diretora da organização gestora, Danielle Barreto Nigromonte, para prestigiar o MDS, o que representa, no mínimo, um descaso com a instituição.

Apesar do decreto 63.375 ter sido publicado em maio de 2018, dispondo sobre a transferência do Museu para a UPPM, responsável pelos Museus no organograma da Secretaria da Cultura, isso só aconteceu em 2022 com o anúncio do novo chamamento para a gestão do equipamento, mesmo com a pressão de inúmeras entidades e ativistas que nem sequer foram recebidas pelo governador, apesar de terem sido feitas inúmeras tentativas.

Vale a pena reforçar que o MDS foi o primeiro equipamento cultural da América Latina e terceiro do mundo a lidar com a temática da diversidade sexual, com o objetivo de preservar o patrimônio cultural da comunidade LGBTQ+ do Brasil por meio da pesquisa, salvaguarda e comunicação de referências materiais e imateriais, contribuindo para a compreensão e respeito à diversidade humana Um começo de

⁶⁸ Revista *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/museu-da-diversidade-sexual-vira-fenomeno-de-publico-em-2020/> Acesso: 10 set. 2022.

estruturação ocorreu com exposições voltadas a dar visibilidade à comunidade LGBT+, como "Homofobia fora de Moda" e "O T da Questão".

A partir da estruturação, o museu passou a qualificar suas exposições, levando em consideração muitas das demandas apresentadas pela sociedade civil e momentos históricos, como o "Diversidade Futebol Clube", que aproveitou a Copa do Mundo no Brasil para falar sobre a LGBTfobia nos esportes, ou "Caio Mon Amour", que celebrou o aniversário de nascimento do escritor, assumidamente gay, Caio Fernando Abreu.

No processo de elaboração do Chamamento Público e do consequente Termo de Referência, a então equipe do MDS não foi consultada e foi alijada da construção daquele edital, procedimento incomum em todos os outros processos da Secretaria. A nova coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, Paula Paiva Ferreira, ignorou a existência da equipe e não promoveu nenhuma discussão com esses colaboradores para entender o funcionamento do equipamento e o processo de construção das exposições.

O MDS não só ignorado, mas preterido durante toda a gestão, passou a ser uma das vitrines do Governo, o que nos remete ao constante uso político da comunidade LGBT+ em épocas eleitorais. É construída uma nova roupagem para o então conservador João Dória, agora um candidato interessado em direitos humanos e diversidade, pois o espaço político do obscurantismo está congestionado pelo bolsonarismo.

Novos anúncios do governo sobre o MDS continuam a aparecer na mídia sem nenhuma consulta ou participação da parte interessada, a população LGBT+, como uma reforma no espaço expositivo do Metrô ampliando a sede de 100m² para 540m², como se isso fosse algo que solucionasse a falta de espaço e infraestrutura do Museu. O projeto inclui ainda um café, uma loja, um espaço de *coworking*, um centro de empreendedorismo e referência. Em 540m².

Mas a comunidade LGBT+ permanece no subterrâneo, relegada a um espaço sem as mínimas condições de exercer a sua função museológica. Mesmo sem uso e quase em ruínas, o Palacete Franco de Mello na Avenida Paulista nos é novamente negado. Se o problema anteriormente era de ordem financeira, com 30 milhões do

novo edital seria possível restaurar o imóvel para abrigar o MDS, mas o então secretário de Cultura, Sérgio Sá Leitão, e o então governador João Dória decidiram nos deixar debaixo da terra.

Bancado por um processo com roupagem de legitimidade, o museu passa a ser gerido por uma organização sem nenhuma ligação ou experiência na temática da diversidade sexual, mas que vai atender os interesses de diversas instâncias com o objetivo de “paternar esses grupos”, como bem observou Erika Malunginho. Aqui fica evidente que o processo de impedimento da emancipação de diversos grupos engloba diferentes dimensões e tem a colaboração de diferentes espaços de poder, inclusive se utiliza da manipulação das próprias comunidades em muitos casos.

Podemos concluir que uma das principais barreiras para a emancipação e a real inclusão de comunidades diversas é aquela construída pela burocratização dos processos que envolvem o acesso ao controle das políticas, financiamentos e equipamentos públicos. Muitas vezes esses entraves são usados para direcionar ou favorecer grupos, pessoas ou entidades. No caso de segmentos marginalizados, a sua própria condição de vulnerabilidade exclui ou prejudica sua participação. Esse sistema garante, no longo prazo, a continuidade das narrativas que discutimos ao longo desse texto, tendo como centralidade a hegemonia masculina, heterossexual e branca. Uma breve pesquisa nas composições diretivas das organizações com contratos de gestão vigentes com a Secretaria de Cultura, por exemplo, vai comprovar o perfil de quem exerce o poder de decisão e controla o orçamento nestes lugares. A partir da comprovação de que não existe diversidade nesses espaços de poder, pode-se compreender como as falas de diversos segmentos são silenciadas e suas demandas ignoradas.

A luta de pessoas e grupos pelos direitos e inclusão desses segmentos vai pouco a pouco gerar frutos, porém ainda estamos longe de vislumbrar a equidade que merecemos. A resposta do sistema é um aprimoramento da sua estratégia para manter o poder. A dominação é substituída pela tutela e ou manipulação desses grupos. Quando o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência cunha a frase “Nada sobre nós, sem nós”, está denunciando estes processos que vão da infantilização à desqualificação de suas capacidades para justificar seu controle ou

a ocupação indevida de seus espaços. Os museus, muitas vezes, não escapam dessa lógica perversa, como aconteceu com o Museu da Diversidade Sexual, de onde se eliminou o lugar de fala e o poder de decisão da comunidade LGBTQ+, de forma a tutelar suas narrativas. Bruno Brulon, professor de museologia da UNIRIO, vai além ao explicar o estabelecimento de um limite e uma forma da presença de determinadas comunidades nos espaços museológicos.

Percebidos como dispositivos de memória que atuam sobre as subjetividades, os museus tradicionalmente operam no sentido de manter as minorias (a classe trabalhadora, as mulheres, os negros, os indígenas, os homossexuais, os transgêneros) dentro das normas, sem perturbar a ordem estabelecida e os comportamentos aprovados social e culturalmente por uma elite. Atuando, em grande parte, para a manutenção dos regimes normativos que estruturam nossas sociedades, os museus por vezes realizam aquilo que Samarone Nunes (2019: 15) chamou de “folclorização” das minorias, ao produzirem a “dissociação representacional” de certos grupos no quadro das representações sociais, processo este que “sedimenta o silenciamento e posterior apagamento de grupos e pessoas”. Essas minorias, relegadas às margens dos museus e das sociedades onde suas memórias resistem e são transmitidas por vias subterrâneas, por vezes subvertem as estruturas convencionais de significação, reconstruindo as performances culturais que representam sua identidade a partir de suas próprias interpretações nas exposições dos museus. Partindo do princípio de que museus são instituições democráticas e abertas a diversas formas de participação social – noções estas que são, há muitas décadas, prescritas pela museologia contemporânea –, esses grupos, então, podem vir a renegociar a sua existência como uma existência que é simultaneamente simbólica e política em tais esferas de representação. Nesta perspectiva, um museu queer seria aquele que, ao invés de trazer a margem para o centro ou de se configurar como um museu das margens, transpõe as fronteiras entre as margens e o centro, promovendo um novo entendimento das relações de poder e colocando em questão a sua própria função como dispositivo social que serve a certos sujeitos da história. Sua função é transgredir para transformar o social, subvertendo as normas que emprisionam as identidades por meio de uma outra lógica cultural. (BRULON, 2020, p.91)

Brulon também aponta, ao discutir um novo entendimento das relações de poder, o temor do sistema em manter, por exemplo, ativistas LGBTQ+ à frente da gestão de um equipamento como o Museu da Diversidade Sexual.

A Museologia, os espaços Museológicos e seus profissionais precisam compreender sua importância e responsabilidade na promoção de mudanças em relação à violência, à exclusão e o apagamento de grupos, coletivos e comunidades.

É preciso compreender que “A morte começa antes do tiro”⁶⁹ e que, portanto, é fundamental que sejamos capazes de produzir transformações nos processos estabelecidos para interromper essa lógica de aniquilação de espaços e saberes. A descolonização do pensamento museológico passa necessariamente pela desconstrução do termo hierarquia para incluir outros saberes e outras vivências em equidade de espaços e visibilidade. A violência praticada contra determinados grupos, como a população LGBTQ+, é também responsabilidade de todos nós, profissionais de museus, ao não questionar e provocar mudanças em nossas práticas e nas práticas dos museus que trabalhamos.

Está mais do que na hora de desarmar o gatilho da arma.

⁶⁹ Observatório em Direitos Humanos em foco. Epistemicídio, a morte começa antes do tiro. Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro/> Acesso: 27 set. 2022.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Ellen Ann. **Out of the Closets and into the Courts**. Ann Arbor, The University of Michigan Press. 298 p. 2005

AUN, Heloisa. Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 19 horas. In: **Catraca Livre**. 17 mai. 2017. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/>. Acesso em 15 ago. 2021.

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. In: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. Nº 5, p. 108-119, set. 2017

BORTOLOZZI, Remon Matheus. **Entre trapos e colchas**: vestígios da memória LGBT sobre as primeiras respostas paulistanas à epidemia de HIV/AIDS. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, 2021

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 27 set. 2022.

BRASIL, 1996. **Plano Nacional de Direitos Humanos I**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>. Acesso: 26 set. 2022.

BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. In: **Cadernos Pagu**, Campinas. V. 39, 2012

BRULON, Bruno. Museu queer e Museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**. V.9 n.17. 18 mai. 2020

CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce (org.). **Quando ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018). Tubarão, Copiart. 192 p. 2018

CARTER, David. **Stonewall: The Riots That Sparked the Gay Revolution**. Nova York, Editora St. Martin's Griffin. 1 ed. 336 p. 2005

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: **DPH. O direito à memória**. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: PMSP, 1991. FAU 363.69–Sa63d

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso: 27 set. 2022.

CROMPTON, Louis. **Homosexuality and Civilization**. USA, Harvard University Press, 2006, p.623

CRUZ, Álvaro R. de S.; CABRAL, Maria W. de Faro C. G. **Ações afirmativas no brasil**: o trabalho do ministério público para torná-las possíveis. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_bibliotec/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_boi_2006/A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%20-%20alvaro%20ricardo.pdf Acesso em: 21 set 2022.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. Editora UNESP, 1997, 570 p.

DE OLIVEIRA, José Marcelo Domingos; MOTT, Luiz (Org). **Morte Violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia, Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2019.

DOVER, K.J. Greek. **Homosexuality with Forewords by Stephen Halliwell, Mark Masterson and James Robson**. Londres, Bloomsbury Publishing. 2 ed. 386 p. 1989

DRYDEN, Steven. The men killed under the Buggery Act. In: **LGBTQ Histories**, British Library, Disponível em: <https://www.bl.uk/lgbtq-histories/articles/the-men-killed-under-the-buggery-act> . Acesso: 10 set. 2022, s/d.

ESTADO DE SÃO PAULO, Governo do. Secretaria de Justiça. **Programa Estadual dos Direitos Humanos (PEDH)**. Disponível em:

<https://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/342-2/programa-estadual-de-direitos-humanos-pedh/>. Acesso: 26 set. 2022

GIMENES, Silvana; REINAUDO, Franco. Museu da Diversidade Sexual. In: DOMÍNGUEZ-ARRANZ, Almudena et al. (Org). Anais do 6ª Congresso Internacional de Educação e Acessibilidade em Museus e Patrimônio: Nada sobre nós sem nós. p. 69. São Paulo, IEB-USP. 600 p. 2021.

GREENBERG, David F; BYSTRYN, Marcia H. Christian Intolerance of Homosexuality. In: **American Journal of Sociology**, Chicago, The University of Chicago Press, vol. 88, n. 3, p. 515-548 (34 pages), nov. 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HOLLAND, Merlin. **The Real Trial of Oscar Wilde**: The First Uncensored Transcript of the Trial of Oscar Wilde Vs. John Douglas, Marquess of Queensberry, 1895. Nova York, Harper Perennial, 1 ed. 340 p. 2004.

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Manoel Odorico Mendes. Rio de Janeiro: Typographia Guttemberg. 446 p. 1874.

HOVEDEN, Roger of. **The Annals**, trans. Henry T. Riley, 2. Vols. Londres: H.G. Bohn, 1853; repr. New York: AMS Press, 1968

JARDIM, Eduardo **A doença e o tempo: Aids, uma história de todos nós**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo. 1 ed. 80 p. 2019

JORGENSEN, Christine. **The life of Christine Jorgensen**: The first transgender woman you never heard about. eBook Kindle. 119 p. 2022

KEDIYAL, Chaitanya. **Tracing the history of Section 377 of IPC**. In: **Factly**. Publicado em: July 11 2018 Disponível em: <https://factly.in/tracing-the-history-of-ipc-section-377/> . Acesso: 20 set. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1990. p. 544

MELO, Mariana. Ser LGBT e Pesquisar LGBT's: Questões Teórico-metodológicas para uma Pesquisadora Lésbica. In: **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis, 2017

MENEGUELLO, Cristina; BORGES, Viviane. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. In: **Patrimônio e Memória**, Assis, São Paulo, v. 14, n. 2, 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os Museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. IN: **Conferência 10º Encontro Paulista de Museus – Memória da América Latina**, 2018.

MOTT, Luiz. **Sodomia Faeminarum**: a Inquisição e a alforria do lesbianismo no mundo português, 1646. Dossiê Temático Tribunal do Santo Ofício Português, 200 anos após extinção: História e Historiografia / Dossiê Temático v. 20 n. 1, 2019

MOTT, Luiz. **O Sexo proibido**: Gays, Virgens e Escravos nas garras da Inquisição. Campinas, Editora Papirus, 1989

NAPHY, William. **Born to be gay**: História da Homossexualidade. Lisboa, Edições 70, 1 ed. 2006

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória. In: **Projeto História**. PUC SP, v. 10, 1981.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. In: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p.115-137, 2016

PLECASH, Jenny. The Fallacy of the “Buddy Construction” on Ancient Heroic Duos. In: **Constellations** (Undergraduate Journal of History and Classics of University of Alberta - CA). Vol. 13 No. 1&2 (2022): Fall & Winter 2021/22. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/constellations/index.php/constellations/article/view/24108/17909>

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PRIMO, Judite. O Social como Objecto da Museologia, *Cadernos de Sociomuseologia*, v.47, 2014

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. s/d. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf . Acesso: 18 set. 2022

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo, Companhia das Letras. 1 ed. 416 p. 2021

QUIROZ, Jair Jose Gauna; SOUZA, Daniel Maurício Viana de. Dificuldades do Patrimônio LGBT: a Taça Warren no Museu Britânico. In: **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p.335-363 , Jul/Dez, 2020.

REEDER, Greg Same-sex desire, conjugal constructs, and the tomb of Niankhkhnum and Khnumhotep. *World Archaeology*, Routledge, v.32, p. 193–208, 2000

REIS, Toni. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba, Aliança Nacional LGBTI, 2ª ed. 104 p.2018

RIEDL, SAMANTHA. **Remembering Dora Richter, One of the First Women to Receive Gender-Affirming Surgery**. In: THEM. Publicado em 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.them.us/story/dora-richter-first-trans-woman-to-receive-gender-affirming-surgery> . Acesso: 25 set. 2022.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI Elizabete. **Políticas Públicas**. v.1. Brasília. ENAP, 2006

THUCYDIDES. **History of the Peloponnesian War** (Livro VI), tradução Rex Warner. Nova York, Penguin Classics, 1972

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo, Objetiva, 4 ed. 726 p. 2018

VAINFAS, Ronaldo. Hermafroditas nos séculos XVI e XVII: Intersexualidade impossível. In: **Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN – Espacialidades**. 2021, Volume 17.1, 55 p.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

VICENTE, Marta V. The Medicalization of the Transsexual: Patient-Physician Narratives in the First Half of the Twentieth Century. In: **Journal of the History of Medicine and Allied Science Oxford**, Oxford University Press. V. 76 n. 4. 2021